



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Sara Marlene da Silva Pereira

**As condições de vida das crianças de Barcelos:  
Aferição de um índice de privação infantil**



**Universidade do Minho**  
Instituto de Educação

Sara Marlene da Silva Pereira

**As condições de vida das crianças de Barcelos:  
Aferição de um índice de privação infantil**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Estudos da Criança  
Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com  
Crianças, Jovens e Famílias

Trabalho realizado sob a orientação do  
**Professor Doutor José Manuel Sá Cunha Machado**

Outubro de 2011

## **Declaração**

Nome: Sara Marlene da Silva Pereira

Endereço electrónico: sara.spereira@iol.pt

Telemóvel: 936 325 325

Cartão de Cidadão: 11524764 5ZZ5

Ano de Conclusão: 2011

Dissertação de Mestrado em Estudos das Crianças

Área de Especialização em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias

Título da Dissertação:

As condições de vida das crianças de Barcelos:

Aferição de um índice de privação infantil

Orientador: Professor Doutor José Manuel Sá Cunha Machado

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO (MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE).

Universidade do Minho, 28 de Outubro de 2011

Assinatura: \_\_\_\_\_

(Sara Marlene da Silva Pereira)

## **AGRADECIMENTOS**

Quero aqui expressar o meu agradecimento a várias pessoas e instituições que, de diversas formas, tornaram viável a realização desta tese.

Em primeiro lugar, ao orientador desta dissertação, Professor José Cunha Machado a quem amavelmente agradeço: a leitura atenta e crítica da tese, as suas sugestões, o seu incentivo e a sua sempre disponibilidade.

A todos os Agrupamentos de Escolas do Concelho de Barcelos, pelo apoio crucial na aplicação do inquérito.

Aos meus pais, pela disponibilidade e pelo incentivo que muito souberam transmitir.

Ao meu marido, pelo apoio, disponibilidade e compreensão.

À minha bela flor, Leonor, a quem muitos momentos que queria partilhar comigo tiveram de ficar para outra altura.

**As condições de vida das crianças de Barcelos:  
Aferição de um índice de privação infantil**

**RESUMO**

Esta dissertação tem como tema principal a pobreza infantil. A conceptualização do fenómeno, a construção de indicadores e a análise das suas causas, constituem as principais linhas orientadoras da investigação.

Nos primeiros capítulos é efetuado o enquadramento teórico da pobreza em geral e, em seguida, da pobreza infantil. Constatamos que a pobreza infantil é reconhecida, no meio científico, como um problema social grave que afeta o desenvolvimento das crianças, pelo que os diferentes atores sociais devem participar na sua resolução. O conceito de pobreza infantil considerado é o de um fenómeno multidimensional bastante complexo, com características diferentes da pobreza das famílias, mas do qual também não se pode separar pois as crianças dependem das famílias para sobreviver.

Nos últimos capítulos, para além da apresentação da metodologia, enunciando os objetivos, as hipóteses de investigação e os procedimentos de recolha dos dados, é efetuada a análise empírica da pobreza infantil no município de Barcelos que compreende a aplicação de um questionário, seguido da respetiva análise e interpretação dos resultados.

**Palavras-chave:** pobreza, pobreza infantil, privação, indicador, criança, família.

**The living conditions of children of Barcelos:  
Gauging a Child Deprivation Index**

**ABSTRACT**

This master dissertation analyzes the theme of child poverty. The conceptualization of the phenomenon, the construction of indicators and analysis of its causes are the main guiding lines of the research.

In the first and second chapters it is presented the theoretical framework of poverty in general and then of child poverty. It was noticed that child poverty is recognized in scientific circles as a serious social problem that affects children's development, so the different social responsible people should participate in its resolution. The concept of child poverty is considered a quite complex multidimensional phenomenon, with different characteristics of poverty in families, but which cannot also be separated because children depend on families to survive.

In later chapters, in addition to the presentation of the methodology, stating the objectives, the research hypotheses and procedures for data collection, empirical analysis is made of child poverty in the municipality of Barcelos which comprises administering a questionnaire, followed by the relevant technical analysis and interpretation of results.

**Keywords:** poverty, child poverty, deprivation index, child, family.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1: QUADRO CONCEPTUAL GERAL SOBRE A POBREZA.....	4
1.1. O conceito de pobreza e a sua evolução .....	4
1.1.1. As principais abordagens do conceito de pobreza .....	7
1.1.2. Linhas de pobreza .....	11
1.1.2.1. Modelos Baseados nas Necessidades Básicas .....	12
1.1.2.2. Abordagens de quantificação da pobreza .....	13
1.2. Categorias da população mais propensas à pobreza .....	16
CAPITULO 2: ANÁLISE TEÓRICA DA POBREZA INFANTIL .....	22
2.1. Conceito de infância .....	22
2.2. Conceito de pobreza infantil.....	25
2.3. A pobreza infantil em Portugal .....	28
2.4. Indicadores da pobreza infantil .....	29
2.4.1. Fatores económicos (composição do agregado familiar e situação profissional) ...	32
2.4.2. Habitação .....	33
2.4.3. Educação.....	33
2.4.4. Saúde .....	34
2.4.5. Inserção social .....	35
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO .....	36
3.1. Objetivos e hipóteses da investigação.....	36
3.2. População e amostra .....	37
3.3 Questionário .....	39
3.4 Análise estatística .....	40

CAPÍTULO 4: ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	41
4.1. O concelho de Barcelos.....	41
4.2. Análise dos resultados.....	44
4.2.1. Caracterização da amostra.....	44
4.2.2. Apresentação do índice de privação.....	46
4.2.3. Análise do índice de privação.....	49
4.2.4. Análise dos resultados por dimensão.....	53
4.3. Discussão.....	65
CONCLUSÃO .....	68
BIBLIOGRAFIA .....	71

ANEXOS:

- I Autorização solicitada à Direção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular
- II Contacto com Diretores de Escola
- III Pedido de autorização aos Encarregados de Educação
- IV Questionário



## Lista de figuras

Figura 1.....	41
---------------	----

## Lista de quadros

Quadro 1.....	38
Quadro 2.....	42
Quadro 3.....	43
Quadro 4.....	43
Quadro 5.....	45
Quadro 6.....	46
Quadro 7.....	49
Quadro 8.....	50
Quadro 9.....	51
Quadro 10.....	52
Quadro 11.....	53
Quadro 12.....	54
Quadro 13.....	55
Quadro 14.....	56
Quadro 15.....	57
Quadro 16.....	58
Quadro 17.....	59
Quadro 18.....	59
Quadro 19.....	60
Quadro 20.....	61
Quadro 21.....	62
Quadro 22.....	63

## INTRODUÇÃO

A investigação a desenvolver nesta dissertação insere-se no âmbito do fenómeno da pobreza e, mais especificamente, da pobreza infantil.

A pobreza é um fenómeno tão antigo como a própria sociedade, sendo inumeráveis os documentos que se referem a situações de pobreza ao longo da história do Homem. Os mais famosos e conhecidos são os que derivam do Mundo Antigo e que nos informam acerca de pessoas que, não conseguindo pagar as suas obrigações, eram transformados em escravos. Mesmo tendo em conta todos os esforços desenvolvidos pelo Cristianismo, durante a Idade Média, com vista a melhorar a condição dos pobres, as desigualdades socioeconómicas continuaram a suceder-se.

Nos finais do século XIX, princípios do século XX, os Estados europeus, baseados nos recentes ideais socialistas, começaram a desenvolver políticas de apoio social.

Atualmente, apesar do notável crescimento económico das últimas décadas que tem contribuído para a melhoria das condições de vida, a pobreza persiste, tornando-se nestes últimos anos num verdadeiro flagelo.

A pobreza constitui um fenómeno de grande dimensão e provoca sentimentos de repulsa e desprezo na maioria da população. Na maioria dos casos, os indivíduos encaram a pobreza segundo os seus padrões individuais, tendo por base valores morais da sociedade ou conhecimentos do senso comum. A pobreza é encarada em muitos casos de forma depreciativa e, como consequência, os indivíduos que se encontram nessa situação são vítimas de exclusão social.

O estudo parte da premissa de que não existe um consenso teórico sobre a pobreza, já que existem diferentes interpretações, tanto no aspeto concetual, quanto mensurativo, porém todos pautados no objetivo de explicar o fenómeno pobreza.

A pobreza infantil é uma face do fenómeno pobreza e deve ser entendida dentro do seu contexto e como um todo, considerando as suas condicionantes, nomeadamente os recursos existentes e a sua distribuição nas famílias. A pobreza infantil significa que uma criança

cresce numa família com baixos rendimentos e baixo exercício de direitos. Significa que está mais exposta a vários riscos e a não conseguir atingir o seu máximo potencial. Significa, também, que o seu acesso à educação pode sofrer impactos: a sua motivação e participação são afetadas e torna-se mais difícil a aquisição de formação e informação que, no futuro, a poderá fazer sair do ciclo de pobreza onde é criada.

Os investigadores sociais têm vindo a interessar-se cada vez mais pelo fenómeno da pobreza, procurando compreender as origens, relações e sequelas que lhe estão associadas.

O primeiro autor habitualmente apontado como tendo utilizado o conceito absoluto por oposição ao relativo de pobreza foi Rowntree que definiu o limiar da pobreza como a receita mínima necessária à garantia da saúde física (Rowntree, 1971, citado por Costa et al., 2008).

Num segundo momento, no início da década de 1970, a pobreza passou a ter uma conotação de necessidades básicas, colocando novas exigências, nomeadamente ao nível dos serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura.

Ainda nesta década, surgem estudos que partiram duma caracterização da pobreza como situação de precariedade material. Townsend (1979, citado por Ferreira, 2000) definiu a pobreza como uma situação de privação relativa, segundo a qual são pobres os sujeitos que, por reduzidos bens, se veem incapacitados de participar nos padrões de vida, nos hábitos e atividades consideradas normais na sua sociedade.

A partir de 1980, a pobreza passou a ser encarada como privação relativa, tendo como um dos seus principais formuladores o indiano Amartya Sen, vencedor do prémio Nobel de Economia (1999). Foi dado ao conceito um destaque mais abrangente e rigoroso, procurando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social.

Na década de 90, a pobreza foi descrita como fenómeno multidimensional e a noção de pobreza como resultado da falta de bens materiais foi abandonada. Durante o ano 2000, as definições de pobreza centram-se em torno dos direitos (Misturelli & Heffernan, 2010).

Centrando-nos na organização deste relatório, este encontra-se dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo discutem-se as principais abordagens explicativas da pobreza.

No segundo capítulo faz-se uma análise teórica do fenómeno da pobreza infantil. Trata-se ainda de um fenómeno pouco estudado mas com um forte interesse dos

investigadores sociais, atendendo ao aumento recente de publicação de novos estudos. Espera-se que este capítulo possa também contribuir para a compreensão do fenómeno.

O terceiro capítulo contém a apresentação do estudo, nomeadamente quanto aos objetivos, hipóteses da investigação e modalidade de recolha de dados (é realizado um inquérito por amostragem ao bem-estar das crianças nos nove agrupamentos de escolas do concelho de Barcelos, a população alvo do nosso estudo).

No quarto capítulo, através da análise dos resultados, nomeadamente a partir de um índice de privação, pretende-se avaliar as hipóteses de investigação aventadas e conhecer as características de privação das crianças de Barcelos.

Por fim, sintetizamos os resultados obtidos e elaboramos uma breve reflexão sobre as possíveis origens da pobreza infantil.

## **CAPÍTULO 1**

### **QUADRO CONCEPTUAL GERAL SOBRE A POBREZA**

Este capítulo trata da revisão bibliográfica, contemplando as principais abordagens referentes à pobreza e à pobreza infantil, sob várias correntes literárias, as quais apoiarão a discussão dos capítulos subsequentes, bem como da metodologia empregada na proposta do Índice de Pobreza.

A pobreza possui uma vasta literatura, quer no âmbito da economia quer de outras ciências que se dedicam ao estudo do fenômeno, porém a sua complexidade atenua as discussões quanto à sua definição, identificação e medição, já que existem diferentes entendimentos e modelos que levam à inexistência consensual dos teóricos sobre este assunto.

#### **1.1. O conceito de pobreza e a sua evolução**

A pobreza é um flagelo que afeta todas as sociedades e a necessidade de combate à mesma é em si um dever. É um fenômeno multidimensional e a procura de políticas públicas para a resolver depende de um entendimento quanto à sua natureza e causas. Numa primeira abordagem, a pobreza foi entendida como insuficiência de rendimentos para alcançar um nível mínimo de padrão de consumo previamente estabelecido.

No que se refere à definição de pobreza, não existe nem existiu consenso no passado. O homem sempre se interessou pela pobreza porque ela sempre existiu, mas, até recentemente, era uma descrição literária e moralizadora do fenômeno. Foi somente no fim do século XIX, na Inglaterra, que apareceu a primeira pesquisa científica sobre a pobreza. Nesta altura, Charles Booth, recolheu em 17 volumes o resultado do seu estudo sobre a pobreza em Londres. Ele define uma "linha de pobreza" fixada em 21 xelins por semana e

quem ganhava menos do que isso era considerado pobre, atendendo que não tinha condições de sobreviver com os seus próprios recursos (Ferreira, 2000).

Mais tarde, Seebohm Rowntree, no estudo publicado em 1901, dá enfoque às necessidades fisiológicas, com uma ligação estreita à noção de subsistência. Contudo, no estudo de 1936, abre o leque de necessidades de subsistência e passa a incluir rubricas como jornais, selos, rádio, férias e tabaco, entre outras, evoluindo no sentido de contemplar dimensões sociais no conceito de pobreza (Costa et al., 2008).

Os critérios escolhidos diferem entre os dois autores e isso foi e continua a ser uma constante em todas as definições de pobreza. Verificamos, ao longo dos tempos, as definições de pobreza a passar de uma mera privação das condições de subsistência a um tema principal. As diferentes abordagens levaram a diferentes formas de mensuração e refletem diferentes preocupações.

Os estudos clássicos sobre a pobreza centram-se na observação do contexto familiar ao nível dos recursos financeiros. Partiam do pressuposto de que os rendimentos da família são equitativamente repartidos por todos os elementos, hipótese controversa e que não corresponde à realidade (Pereirinha et al., 2007).

Três concepções foram desenvolvidas durante o século XX: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa.

A concepção de sobrevivência, a mais restritiva, predominou nos séculos XIX e XX, até à década de 1950. Resultou do trabalho de nutricionistas inglesas apontando que a renda dos mais pobres não era suficiente para a manutenção do rendimento físico do indivíduo (Crespo & Gurovitz, 2002).

Num segundo momento, a partir de 1970, a pobreza passou a ter a conotação de necessidades básicas, colocando novas exigências, como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura (Crespo & Gurovitz, 2002).

Os estudos pioneiros de Peter Townsend trouxeram uma nova vertente aos estudos sobre a pobreza. Partiam da análise direta das condições de vida das pessoas, realçando assim uma pluridimensionalidade do fenómeno da pobreza e da exclusão social (Misturelli & Heffernan, 2010).

De notar que as definições e medições oficiais de pobreza em toda a Europa e na Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE) derivam dos estudos

de Townsend. Peter Townsend (1979, citado por Bastos, 1999) refere que a pobreza pode definir-se e aplicar-se consistentemente em torno do conceito de privação relativa. O limite entende-se de modo objetivo e não subjetivo. Pode decidir-se que as pessoas, as famílias e os grupos são pobres quando carecem de recursos para obter a alimentação, participar nas actividades e ter as condições de vida e de comodidade habituais (Misturelli & Heffernan, 2010).

Durante os anos 1980, o discurso manteve-se firmemente enraizado na perspetiva económica, embora com uma maior atenção nos fatores não-monetários. Assim, as definições de pobreza passaram a incluir noções de isolamento, incapacidade e vulnerabilidade, mas a orientação no indivíduo ainda era predominante (Maxwell, 1999, citado por Misturelli & Heffernan, 2010). A pobreza passou a ser entendida como privação relativa, dando ao conceito um enfoque mais abrangente e rigoroso, procurando uma formulação científica e comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspeto social (Crespo & Gurovitz, 2002).

Assim, na década de 1980, são identificadas duas grandes tendências. Primeiro, a pobreza era predominantemente orientada para o indivíduo. Portanto, os temas incluídos nas definições também foram centrados ao nível individual. Em segundo lugar, ao contrário de definições a partir de 1970, quando a solução para a pobreza foi apresentada em termos de acesso aos serviços, durante a década de 1980, a pobreza era retratada como "absoluta", com os pobres fustigados por condições económicas e forças sociais (Misturelli & Heffernan, 2010).

O enfoque da privação relativa evoluiu tendo como um dos seus principais formuladores o indiano Amartya Sen (Crespo & Gurovitz, 2002). O conceito do autor introduz variáveis mais alargadas, alertado para o facto de que os indivíduos podem sofrer privações em diversas dimensões da vida. Ser pobre não implica somente privação material. As privações sofridas determinarão o posicionamento dos cidadãos noutras áreas (Sen, 1999, citado por Crespo & Gurovitz, 2002).

Na década de 1990, a pobreza foi descrita como fenómeno multidimensional e a noção de pobreza como resultado da falta de bens materiais foi abandonada. As características físicas da pobreza foram dominantes em todos os autores. Por outro lado, temas relacionados como os fatores materiais diminuam. Assim, os conceitos de pobreza

passaram a concentrar-se principalmente nas características de subsistência (Misturelli & Heffernan, 2010).

Durante o ano 2000, as definições de pobreza centram-se em torno dos direitos:

*Poverty is not only deprivation of economic or material resources but a violation of human dignity too. Indeed, no social phenomenon is as comprehensive in its assault on human rights as poverty. Poverty erodes or nullifies economic and social rights such as the right to health, adequate housing, food and safe water, and the right to education. The same is true of civil and political rights, such as the right to a fair trial, political participation and security of the person.* (ONU, 2001, citado por Misturelli & Heffernan, 2010, p. 48)

*Poverty is widely recognized as a situation that deprives individuals of the capability to enjoy human rights.* (ONU, 2005, citado por Misturelli & Heffernan, 2010, p. 48).

Atualmente, de acordo com Bastos (1999), o conceito de pobreza deverá satisfazer três condições essenciais: “identificação clara da população pobre” (p.14) definindo claramente a fronteira a partir da qual as famílias são consideradas pobres ou não; “fácil operacionalização” (p.14), uma das vantagens em definir o limiar de pobreza, consiste na possibilidade de utilização desta variável em termos estatísticos e “ter em conta os diversos fatores que influenciam o bem-estar das famílias” (p.14).

Bastos (1999) acrescenta ainda que “os conceitos de pobreza são normalmente agrupados numa de duas categorias: pobreza absoluta ou pobreza relativa” (p. 15). Embora também mencione uma outra forma de classificação da pobreza: objetiva e subjetiva.

### **1.1.1. As principais abordagens do conceito de pobreza**

A evolução do conceito de pobreza dá origem a diferentes dicotomias do conceito de pobreza e condiciona muitos aspetos ao nível da medição do problema. Assim, a definição desses conceitos torna-se importante, porque permitiu uma visão mais clara e analítica do objeto de estudo. As três concepções clássicas que podemos encontrar acerca do conceito de



pobreza: (i) abordagem direta versus indireta, associada à distinção efetuada por Atkinson (1989); (ii) a abordagem absoluta versus relativa de Sen em 1983 e Townsend em 1979; e (iii) a abordagem subjetiva versus objetiva.

### **i. A abordagem direta versus indireta**

Esta abordagem está associada à distinção efetuada por Atkinson (1989, citado por Pereirinha et al., 2007). Segundo este autor, a forma de entender a pobreza pode ser associada aos padrões ou condições de vida (*"standards of living"*) ou ao direito a um nível mínimo de recursos (*"minimum right to resources"*). Em contrapartida, a abordagem pelas condições de vida conduz a uma aferição direta das condições de privação (material e imaterial), isto é, de não satisfação de necessidades (bens de consumo e serviços) nos diversos domínios de existência. A abordagem pelo direito a um nível mínimo de recursos não investiga os estados de carência específicos, antes assume uma avaliação indireta através dos recursos económicos, como condição de acesso a uma existência livre de privação.

Ao relacionar a pobreza com um padrão ou condições de vida, dever-se-á idealmente optar por uma medida multidimensional, que permita identificar situações de privação nos vários domínios da existência (privações nos domínios da alimentação, saúde, educação, habitação, etc.), dando espaço, quando se acumulam carências em várias dessas facetas, ao conceito de privação múltipla ou cumulativa. Rigorosamente, esta abordagem assenta na apreciação direta de como se encontram ou não satisfeitas certas condições de vida, e deveria operacionalizar-se pelo estudo dos consumos específicos de bens e serviços e das situações de bem-estar alcançadas.

O mentor deste tipo de abordagem, enraizado na tradição anglo-saxónica do século XIX, foi Peter Townsend, sugerindo uma relação teórica entre os conceitos de pobreza e privação (Townsend 1979, citado por Ferreira, 2000), segundo o qual:

“a pobreza pode ser definida objetivamente e aplicada consistentemente apenas em termos do conceito de privação relativa. (...). Indivíduos, famílias e grupos de população podem dizer-se em situação de pobreza quando lhe faltam os recursos para obter os tipos de dieta, participar nas atividades e ter

as condições de vida e conforto que são comuns, ou pelo menos largamente encorajadas e aprovadas, nas sociedades a que pertencem” (p.34).

## **ii. A abordagem absoluta versus relativa.**

A definição absoluta de pobreza está fundamentalmente associada à formulação elaborada por Sen (1983, citado por Pereirinha et al., 2007) ao salientar um caráter irredutivelmente absolutista na noção de pobreza, ancorado no caráter absoluto das necessidades humanas. Mas esse caráter absoluto não é concebido como fixo, já que varia ao longo do tempo e com o nível de desenvolvimento, cultura e costumes da sociedade.

Sen (1983, citado por Pereirinha et al., 2007) sugeriu que “a pobreza é um conceito absoluto no espaço das capacidades dos indivíduos e relativo no espaço dos bens e das suas características” (p. 9). Realça o autor que o foco na definição de pobreza tem de incidir não nos bens ou características mas na capacidade. Os bens possuem características que possibilitam aos indivíduos o exercício de certas capacidades, cujo exercício proporciona utilidade. Assim, a privação de capacidades elementares pode refletir-se em morte prematura, subnutrição considerável, morbidez, analfabetismo e outras deficiências (Crespo & Gurovitz, 2002).

A relação entre os rendimentos e as capacidades é demasiadamente influenciada pela idade do indivíduo, papéis sexuais e sociais, local e tipo habitação, condições epidemiológicas e outras variações sobre as quais um indivíduo pode ter ou não controlo ou um controlo limitado (Crespo & Gurovitz, 2002).

Sen (1983, citado por Crespo & Gurovitz, 2002) ao centrar a definição de pobreza no conceito de capacidade e não no seu exercício ultrapassa questões sobre opções individuais e evita as influências das características individuais que interferem não menos que os recursos, nos níveis de bem-estar efectivamente atingido por cada ser humano.

A teoria desenvolvida por Sen reage assim às concepções absolutistas e demasiado simplistas de pobreza originalmente implementadas por Charles Booth e Seebohm Rowntree e às concepções relativistas, igualmente simplificadoras, que entendiam a pobreza como um conceito puramente relativo, pouco diferenciado da representação da desigualdade (Ferreira, 2000).

No âmbito da Declaração de Copenhaga de 1995, a pobreza absoluta foi definida como a *“condição caracterizada por uma privação severa de necessidades humanas básicas, incluindo comida... saúde, habitação, educação e informação”* (p.72). Esta definição sugere uma relação entre a pobreza geral e a pobreza relativa (Baudot, 2000, citado por Capucha, 2005).

Townsend (1979, citado por Pereirinha et al., 2007) refere que estão em situação de pobreza os indivíduos, famílias ou grupos da população que não têm os recursos para obter alimentação adequada, participar em atividades e ter as condições de vida e conforto mais comuns ou pelo menos encorajadas e aprovadas aos grupos a que pertencem.

Para Capucha (2005) o contributo de David Gordon é essencial ao demonstrar que:

“muito do debate acerca da pobreza absoluta versus pobreza relativa anda à volta de definições semânticas (...) O traço característico do que é absoluto não é nem a constância do tempo nem a invariância entre sociedades, nem a concentração na alimentação e na nutrição. É a aproximação ao julgamento da privação de uma pessoa em termos absolutos (no caso dos estudos da pobreza, em termos de um certo nível mínimo absoluto especificado) mais do que em termos puramente relativos vis à vis os níveis gozados por outros na sociedade” (Gordon, 2000, citado por Capucha, 2005, p. 74).

Assim,

“a pobreza geral (overall poverty) significa não possuir as coisas que a sociedade pensa serem necessidades básicas e, adicionalmente, não ser capaz de fazer as coisas que a maior parte das pessoas tomam como garantidas seja porque não conseguem pagar para participar em atividades usuais, sejam porque são discriminadas de outras maneiras” (Gordon, 2000, citado por Capucha, 2005, p.74).

### **iii. A abordagem objetiva versus subjetiva**

As concepções de pobreza expostas no ponto anterior identificam-se com a definição objetiva de pobreza. Contrastando com esta abordagem objetiva, diversos autores têm vindo a propor e a aplicar abordagens subjetivas do conceito de pobreza.

A abordagem objetiva de pobreza procura um padrão na identificação da condição de pobreza, ou seja, baseia-se na seleção de um conjunto de critérios/variáveis objetivamente mensuráveis e que não dependem da opinião, da percepção subjetiva dos indivíduos, seja pela definição e identificação de necessidades elementares, seja pelo estabelecimento de um limiar mínimo de recursos económicos (Ferreira, 2000; Pereirinha et al., 2007).

A abordagem subjetiva assenta na definição de limiar de pobreza na apreciação subjetiva, na capacidade de avaliação do bem-estar social alcançado pelos indivíduos, pela sociedade como um todo ou por certos grupos sociais, a respeito do seu grau de privação relativamente à situação considerada razoavelmente desejável em termos de bem-estar (Ferreira, 2000; Pereirinha et al., 2007).

A evolução do conceito de pobreza (Costa, 1984) reflete, em parte, os diferentes contributos destas abordagens, evidenciando uma progressiva multiplicação do conceito em dimensões que procuram enquadrar novas realidades associadas à pobreza. Neste sentido, surgiram dicotomias no conceito de pobreza que nos dão conta da multiplicidade de significados: pobreza absoluta/relativa, pobreza objetiva/subjetiva, pobreza tradicional/nova pobreza, pobreza rural/urbana, pobreza temporária/pobreza duradoura.

A pobreza subjetiva é um conceito pouco utilizado, mas é baseado na noção de pobreza sentida. As pessoas sentem-se pobres comparativamente com os que as rodeiam e que têm mais do que eles. As pessoas contra as quais se mede são conhecidas como o grupo de referência. No passado, as pessoas podem ter sido privadas, mas não se sentiam pobres porque eles não estavam cientes do que os outros tinham.

#### ***1.1.2. Linhas de pobreza***

De forma a estudar a pobreza, é necessário recorrer a um importante instrumento de medição e análise: a linha de pobreza. Assim, torna-se essencial a definição desse

instrumento e explicar como atua. De um modo geral, pode ser visto como uma linha de referência onde se define se um indivíduo deve ou não ser considerado pobre. Assim, a admissão da sua existência determina o que se chama “limiar da pobreza”, dependendo, é certo, do contexto e da forma com que a análise sobre a população em estudo seja realizada.

O estabelecimento de uma linha de pobreza absoluta exige a prévia resolução de um conjunto de questões: quais as necessidades que devem considerar-se como básicas? Quais os indicadores representativos dessas necessidades? É possível reunir todos os indicadores num só único indicador síntese numa única linha de pobreza? A pobreza pode ser analisada segundo a carência material, que envolve as necessidades básicas da vida quotidiana como, por exemplo, a alimentação, vestuário, cuidados de saúde e alojamento. Assim, quando a pobreza tem este sentido pode ser entendida como a carência de bens e de serviços essenciais (Capucha, 2005).

Numa outra dimensão, a pobreza pode também ser definida através da carência social como a incapacidade de participar na sociedade, sendo esta provocada pela exclusão social. Esta forma de pobreza, proveniente da exclusão social inclui a educação e a informação (Sen, 1989).

A falta de recursos económicos é a forma de pobreza mais usual e pode ser considerada a base de todas as outras. Esta “...corresponde à perspectiva de definir a pobreza como a situação de privação resultante da insuficiência de recursos económicos para satisfazer necessidades.” (Ferreira & Nunes, 2004, p.17).

### ***1.1.2.1. Modelos Baseados nas Necessidades Básicas***

#### ***Modelo Rowntree***

A estratégia de investigação de Rowntree primou pela exaustão, na maneira como cobriu toda a população trabalhadora e como observou as suas condições de vida (habitação e subsistência, composição familiar, ocupações dos seus membros, rendimentos) e como procurou identificar as causas ‘imediatas’ de pobreza (Ferreira, 2000).

Esta estratégia permitiu-lhe passar a calcular uma nova linha de pobreza, que considerava o custo da alimentação indispensável à sobrevivência do indivíduo, o custo do

vestuário, as despesas pessoais, habitação, combustível e outros bens essenciais. A linha de pobreza implícita no trabalho de Rowntree deriva de uma abordagem de necessidades básicas, por ele referidas como necessidades materiais. Os custos de satisfação destas necessidades básicas foram estimadas direta e em separadamente, conduzindo a sua agregação à linha de pobreza para o agregado familiar. Se o rendimento familiar ficasse aquém daquele valor, verificar-se-ia uma situação de pobreza (Costa et al., 2008; Ferreira, 2000).

### ***Método de Orshansky***

Mollie Orshansky (Costa et al. 2008; Orshansky, 1965, citado por Alves, 2009), em 1965, é um exemplo emblemático de utilização de medidas baseadas no rendimento. A autora propôs um método alternativo de cálculo do mínimo de recursos necessários à satisfação das necessidades básicas. Neste método estimam-se inicialmente os custos de uma dieta alimentar mínima para famílias com diferentes composições e, posteriormente, multiplica-se este custo por um fator correspondente ao inverso do peso da despesa em alimentação na despesa total das famílias. A linha de pobreza assim obtida é atualizada anualmente utilizando a variação de um índice de preços no consumidor.

Esta metodologia foi aplicada nos primeiros estudos sistemáticos sobre pobreza em Portugal, nomeadamente por Costa e colaboradores (1985) e Costa (1993, citado por Ferreira, 2000). Durante a década de 1980, esta metodologia considera-se, entre as perspectivas, como a mais adequada forma de operacionalizar um conceito objetivo de pobreza, claramente relacionado com a dimensão de adequação dos recursos económicos dos agregados familiares à satisfação das suas necessidades elementares.

### ***1.1.2.2. Abordagens de quantificação da pobreza***

#### ***Método de Sen***

Tal como já foi mencionado, os estudos de Sen (1976, citado por Bastos, 1999) constituíram um marco importante na quantificação da pobreza. A sua abordagem veio marcar definitivamente a investigação contemporânea sobre o problema da construção de

medidas de pobreza e introduziu uma nova metodologia relativamente aos índices de pobreza.

Sen (1976, citado por Ferreira, 2000), partindo da análise do conteúdo informativo que um indicador de pobreza deve abranger, distinguiu quatro axiomas que devem ser contemplados e refletiu sobre as propriedades a fixar:

1. O axioma de simetria que requer que a medida de pobreza não varie em função de alterações dos recursos entre os indivíduos, isto é, que o seu valor não se altere quando as posições dos indivíduos na distribuição de recursos são trocadas entre si.
2. O axioma da monotonia que assenta no facto de que a medida de pobreza adotada deve ser sensível às variações dos rendimentos dos pobres, indicando a intensidade média da pobreza.
3. O axioma fraco de transferência que impõe que o valor da medida de pobreza se eleve quando ocorre uma transferência regressiva de recursos entre dois indivíduos pobres, não alterando o número de indivíduos pobres.
4. O axioma de foco que estabelece que a medida de pobreza dependa dos recursos da população pobre e que seja independente dos recursos da população não pobre.

Sen (citado por Costa et al., 2008) recorre ao conceito de capacidades, para apresentar a sua perspetiva. O autor afirma que “a pobreza é uma noção absoluta no espaço das capacidades, mas muitas vezes tomará uma forma relativa no espaço dos produtos ou das características” (Sen, 1983, citado por Costa et al., 2000, p. 47).

### ***Método de Townsend***

A abordagem da pobreza, enquanto estado de privação, está na linha do trabalho pioneiro de Peter Townsend (1979, citado por Bastos et al. 2008).

O conceito de Townsend de “privação relativa” (Townsend, 1979, citado por Ferreira, 2000), apela a uma medida mais global que radica no carácter multidimensional da pobreza e

origina um modelo de determinação da linha de pobreza que privilegia a perspectiva multidimensional, não redutível ao rendimento, mas que se expressa, em última instância, numa linha de pobreza em termos de rendimento disponível das famílias.

O conceito de privação sugerido por Townsend (1979, citado por Ferreira, 2000; Costa et al., 2008) consiste numa situação de carência que se manifesta em diversas esferas de vida, sistematizadas em dimensões de privação: dieta alimentar, vestuário, aquecimento e iluminação, condições de habitação e de trabalho, saúde, educação, ambiente, atividades familiares e recreativas e relações sociais.

De modo a identificar os indicadores possíveis do índice de privação, Townsend (1979, citado por Ferreira, 2000) elaborou e aplicou um questionário que contava com sessenta questões que procuravam conhecer o ‘estilo de vida’ da população inglesa. Do total de indicadores possíveis, o autor selecionou doze cuja junção definiu como ‘índice de privação’, sintetizando o grau de participação no estilo de vida generalizado na sociedade. Townsend (1979, citado por Ferreira, 2000) acrescenta que os critérios de escolha de *itens* relacionam-se com condições de vida maioritariamente difundidas na sociedade e correlacionam-se negativamente com o rendimento.

Contudo, diversos autores criticaram a metodologia utilizada por Townsend. As principais debilidades do ponto de vista teórico assentam na seleção dos indicadores que integram o índice de privação; na fraca clareza de resultados, nomeadamente no que diz respeito a pessoas com igual rendimento; na construção limiar de pobreza por via do rendimento e definição de pobreza com base no consumo; na não introdução de fatores que têm a ver com o gosto pessoal (Bastos, 1999). Igualmente não aceitaram pacificamente a escolha específica dos doze *itens* selecionados para configurarem o “índice de privação”.

Posteriormente, uma equipa de investigação liderada por Townsend (Townsend et al., 1987, citado por Ferreira, 2000), elaborou um novo estudo, em Londres, com uma redefinição e alargamento dos indicadores de estilo de vida. Nesse trabalho foram definidos setenta e sete *itens* de privação material e social, abrangendo treze formas de privação, esperando uma melhor abordagem do seu conceito de “privação relativa”.

Partindo desta definição, também Desai e Shah (1988, citado por Bastos, 1999) aprofundaram a metodologia de Townsend, introduzindo o conceito de “ocorrência de consumo. Pretendiam ultrapassar a rigidez imposta pela noção de bem de consumo, quer



em termos de gostos pessoais como hábitos sócio-culturais” (Bastos, 1999, p. 41). O modelo destes autores introduziu algumas modificações positivas à metodologia original de Townsend, nomeadamente quanto ao controlo das preferências e à introdução de ponderações proporcionais e quanto ao grau de frequência nas ocorrências de consumo na determinação do índice de privação (Ferreira, 2000).

Os autores reconhecem a força da sua metodologia, contudo também reconhecem que ainda requer investigação, nomeadamente ao nível do alargamento dos itens selecionados no inquérito original de Townsend, bem como na aplicação do mesmo a outras amostras (Desai & Shah, 1988, citado por Ferreira, 2000).

## **1.2. Categorias da população mais propensas à pobreza**

Depois de uma leitura atenta sobre os estudos que têm sido realizados acerca da pobreza, constatamos que determinadas categorias sociais têm-se revelado como mais propensas à pobreza (Capucha, 2005). As categorias sociais desfavorecidas tradicionais (Capucha, 2005; Costa, 1998) são constituídas por:

### ***a. Pessoas com deficiência***

Para Capucha (2005), as pessoas portadoras de deficiência são fortemente vulneráveis à pobreza, dado que aliam às suas limitações funcionais, representações sociais negativas e barreiras à participação. Muitas vezes para estes a questão do emprego significa ter um rendimento, direitos sociais, um estatuto e uma identidade. A perda desta relação significa, muitas vezes, a perda da autonomia económica, destruição de laços sociais e familiares. O que leva a este grupo a fazer parte das taxas de risco de pobreza.

### ***b. Imigrantes***

Devido ao fenómeno de globalização, em que a circulação de indivíduos é facilitada, ocorre uma crescente migração ou fluxo migratório. Como consequência deste fator, temos um crescente número de comunidades estrangeiras a residir essencialmente nas grandes áreas urbanas. Devido à fragilizada situação destes, os emigrantes também constituem um

grupo social de pobreza. À semelhança das pessoas portadoras de deficiência, também os emigrantes evidenciam ser um grupo vulnerável à pobreza, nomeadamente porque se associam a este grupo as baixas qualificações e, como consequência, a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho ou a obtenção de um emprego precário (Capucha, 2005).

### ***c. Desempregados de longa duração***

O desemprego de longa duração é um dos principais fatores de exclusão social. Tal deve-se ao facto de o emprego ser um dos principais mecanismos de integração social nas sociedades atuais. Constitui-se como uma fundamental fonte de rendimentos e de subsistência dos sujeitos e das suas famílias. Viver uma situação de desemprego é estar privado de rendimentos, perda de vínculos importantes à sociedade e à rede de relações interpessoais que o emprego proporciona e sentir que não se participa na vida económica do país. A situação de desemprego conduz ainda a uma degradação das competências profissionais, ao enfraquecimento dos laços sociais que conduzem a vida quotidiana, a problemas de foro psicológico e psiquiátrico que se refletem na dinâmica familiar, na desmotivação, no consumo excessivo de substâncias lícitas e ilícitas, dificultando a inserção social e laboral (Capucha, 2005; Costa, 1998).

Verificamos numa situação de desemprego que há a perda do rendimento salarial regular e redução dos rendimentos sociais decorrentes das prestações de desemprego ou, nos casos em que não se tem direito a essas prestações, na total ausência de rendimentos próprios. Para além disso, como o desemprego normalmente é vivido de forma negativa pois nunca deixa ninguém que o vive indiferente, cria, por norma, sentimentos de desânimo e angústia, desvalorização, inutilidade, sentimentos de injustiça e revolta. Para além destes reflexos psicológicos, verificam-se outros impactos como a acomodação, a resignação, a instabilidade na gestão do quotidiano, a insegurança quanto ao futuro, adiando ou inviabilizando projetos e a frustração de expectativas (Caleiras, 2008).

### ***d. Trabalhadores com baixas qualificações***

Os trabalhadores com baixas qualificações apresentam-se como uma categoria da população pior remunerados e a ocupar postos de trabalho de pior qualidade. Quando se constata um baixo nível de instrução/formação da população portuguesa em geral aponta

para um fraco potencial de conhecimentos, adaptabilidade e de inovação dessa população e, como tal, tornam-se particularmente vulneráveis à pobreza e a processos de expulsão do mercado de trabalho. Quanto menores as qualificações, menores as remunerações e oportunidades, menor a qualidade do trabalho e maiores as dificuldades de reconversão profissional (Capucha, 2005).

#### ***e. Idosos***

As pessoas idosas apresentam fortes vulnerabilidades à pobreza, sobretudo porque, na maior parte dos casos, são rejeitadas pelo sistema produtivo e são consideradas socialmente desqualificadas. Igualmente, porque muitas vezes acumulam a perda de autonomia e o isolamento, por ausência dos familiares com residência próxima ou por ausência de serviços sociais de apoio e/ou limitações económicas para a contratação de serviços pessoais privados (Capucha, 2005). Se associarmos a isto os valores desajustados das pensões que os idosos recebem, maiores serão as situações de verdadeira pobreza para os indivíduos inativos que não tenham outras fontes de rendimento.

Face ao exposto se percebe porque tem sido o envelhecimento apontado como um fenómeno a ter em conta na definição de políticas públicas (Costa, 1998). Porém, para que tal aconteça é preciso impulsionar a participação dos idosos na vida familiar, social, cultural, económica e política. É fundamental que os idosos percebam que a sua vida não está esgotada, que ainda podem dar muito à sociedade, nomeadamente no acompanhamento dos mais novos, no voluntariado, no apoio aos mais necessitados e nas direções de associações. Isto para além da sua própria valorização, que pode passar por aprender a ler, estudar aquilo com que sempre sonharam e não tiveram oportunidade de fazer, praticar desporto adequado à idade, passear, visitar museus e monumentos e conviver. Tal como refere Costa (1998), para além da criação de lares de idosos, centros de dia, colónias de férias, que favorece a *ghetização*, é importante a dinamização de atividades que coloquem os idosos a conviver entre si e com as gerações mais novas.

#### ***f. Famílias monoparentais***

As famílias monoparentais surgem como um risco à pobreza, pois o rendimento dessas famílias é mais baixo do que as ditas famílias “normais”.

Capucha (2005) refere que tanto os homens como as mulheres divorciados revelam uma situação menos vantajosa em relação aos solteiros. Porém, acrescenta que os pais sozinhos com filhos mais velhos têm maiores probabilidades de se encontrarem empregados e não desempregados, que as mães na mesma situação. Quanto às qualificações, são também as mães solteiras que apresentam níveis mais baixos.

#### ***g. Toxicodependentes e ex-toxicodependentes***

Para Capucha (2005), o abuso de substâncias tem efeitos nocivos para a saúde dos consumidores e é hoje um dos principais mecanismos de exclusão social. Refere o autor que este segmento caracteriza-se como sendo uma população jovem e com níveis de escolaridade muito baixos. Manifesta comportamentos de pequena criminalidade para a obtenção de dinheiro para adquirir droga. Em termos de saúde, revelam comportamentos de risco que facilitam a transmissão de doenças como a SIDA, hepatite ou outras. Pessoas que injetam drogas têm um risco de desenvolvimento de HIV/SIDA ou hepatite se compartilharem agulhas. Algumas substâncias, incluindo medicamentos específicos ou álcool, podem conduzir a comportamentos sexuais mais arriscados (sexo desprotegido), aumentando a probabilidade de desenvolver doenças sexualmente transmissíveis. Em termos de dinâmica familiar, esta encontra-se frágil e sem grandes laços afetivos, em alguns casos com rupturas definitivas, levando à dissolução da família. Um número significativo de toxicodependentes encontra-se sem trabalho ou sem qualquer lugar para viver.

#### ***h. Detidos e ex-reclusos***

Segundo Torres & Gomes (2002, citado por Capucha 2005), trata-se de uma população com fortes vulnerabilidade à pobreza, pois é constituída maioritariamente por jovens do sexo masculino, normalmente com família, embora muitas delas reconstituídas. Apesar de alguns indivíduos trabalhar antes da detenção, o desemprego é também muito frequente. As profissões que desempenham são correspondentes a escalões pouco qualificados e de fraca qualidade e baixa remuneração. A escolaridade é inferior face à população em geral. Foram vítimas de sucessivos insucessos escolares. A família tem baixos rendimentos económicos, revelam contactos com o mundo das drogas e envolvimento no mundo criminal para alimentar a dependência.

### ***i. Sem-abrigo***

Castel (1993) afirma que “ser sem-abrigo é claramente estar no último degrau dos padrões de vida, não é uma característica atribuível às pessoas mas antes uma situação na qual elas se podem encontrar em algum ponto do tempo” (p.83). Considera-se pessoa sem-abrigo aquela que, independentemente da sua nacionalidade, idade, sexo, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre sem casa, a viver num espaço público, hospedada em refúgios de emergência ou com paradeiro em local precário.

Independentemente das causas que levam as pessoas a viverem sem residência fixa, pernoitando ao relento ou em locais que não se destinam a tal, constitui-se um dos fatores que contribuiu para a exclusão social. Normalmente, esta população tem associadas algumas características comuns que as tornam ainda mais susceptíveis à pobreza como rupturas familiares, desemprego, consumo de substâncias ilícitas, ex-reclusos (Capucha, 2005).

### ***j. Crianças e jovens em risco***

Embora não sendo um fenómeno novo e com legislação de suporte ao trabalho dos técnicos, a verdade é que é uma categoria social que igualmente apresenta alguma vulnerabilidade à pobreza, devido às suas origens socioeconómicas, processos de socialização e desenvolvimento de modos de vida precários e, muitas vezes, marginais, encontrando-se em posições de risco.

O risco apresenta-se, segundo a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro) sempre que a criança:

- está abandonada ou vive entregue a si própria;
- sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- é obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;

- assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

Estas crianças, segundo Capucha (2005), são oriundas de famílias cuja escolaridade é baixa, qualificações profissionais reduzidas, situação profissional precária, beneficiários do Rendimento Social de Inserção e com escassez de recursos económicos e, como tal, importa perceber a situação destas crianças e jovens. É importante ter em conta que a sua condição de vida é condicionada pela situação familiar. Se a sua família não aparenta uma situação económica capaz de garantir a si própria uma vida segura, naturalmente que estes se encontrarão na mesma circunstância. Num outro ponto de vista, se considerarmos as taxas de abandono e insucesso escolar, facilmente se percebe as dificuldades que um jovem de baixas qualificações terá na procura do primeiro emprego. Questão igualmente ligada a fortes probabilidades de no futuro se deparar com situações duradouras de pobreza (Almeida et al., 1992).

## **CAPITULO 2**

### **ANÁLISE TEÓRICA DA POBREZA INFANTIL**

#### **2.1. Conceito de infância**

O conceito de infância, na atualidade, é bem diferente daquele que existia há alguns séculos atrás. É importante salientar que a visão sobre a criança é algo historicamente construído, o que nos leva a perceber os grandes contrastes em relação ao conceito de infância no decorrer dos tempos. O que hoje pode parecer uma “aberração”, como a indiferença a que era votada a criança pequena, era algo absolutamente normal. Por maior estranheza que nos cause, a humanidade nem sempre viu a criança como um ser em particular e, durante muito tempo, tratou-a como um adulto em miniatura.

De um ser sem importância, quase imperceptível, a criança, num processo secular, passou a ocupar um maior destaque na sociedade e a humanidade lançou-lhe um novo olhar. Para entender melhor esta questão, é necessário fazer um levantamento histórico sobre o conceito de infância, procurar defini-lo, registrar o seu surgimento e a sua evolução.

Os estudos no campo da Sociologia da Infância interrogam a criança de hoje e a sua educação, propondo a desconstrução do paradigma tradicional da infância como uma reprodução exclusivamente dos adultos. A criança é vista hoje como o ator principal da construção e na determinação dos seus contextos de vida. Contudo, este conceito ao longo da história foi sofrendo várias alterações

Ariés (1973, citado por Almeida, 2009) é o primeiro a lançar a tese da emergência de um “novo paradigma da infância”. Defende o autor que a infância não é uma realidade natural mas o resultado de uma construção social, fruto de um espaço e tempo. Reconhece à criança um estatuto próprio e à escola o lugar importante da socialização. Rompendo assim com os paradigmas tradicionais.

Prout (2002, citado por Almeida, 2009) sustenta que o interesse pela infância constitui um produto da “mentalidade moderna”, típica de sociedades organizadas com uma

economia capitalista. Incorpora assim o importante contributo de Ariés, trazendo-o para o campo da nova ciência, o “sentimento da infância” e a nova representação das crianças. Lamenta apenas que se continue a pensar a criança de uma forma redutora e não como sob a influência de uma multiplicidade de naturezas e culturas.

Qvortrup (2005, citado por Almeida, 2009), sociólogo norueguês, defende a ideia da infância como “categoria estrutural”, sendo a criança o ator social com um lugar nos diferentes contextos de vida, embora dependente dos adultos e sem os mesmos direitos face às restantes gerações. Uma geração diferente das outras, atendendo que os seus membros mudam no tempo, mas a sua estrutura permanece e cujo trabalho é na escola.

Alanen (2003, citado por Almeida, 2009) segue igualmente a tese da infância como geração, apostando, porém, na comparação dos estudos feministas e da infância, chamando a atenção para o facto de os conceitos de infância e de género serem categorias essencialmente de relação, absorvidas de poder, já que ser criança ou mulher, é estar numa situação socialmente inferior. O seu estudo prende-se na análise estrutural dos processos recorrentes através dos quais as categorias são constituídas. Procura estabelecer a ideia de um “sistema geracional”, semelhante às noções de ordem de classe ou de género frequentemente utilizadas pelos sociólogos quando falam de estrutura social.

Nesta mesma linha, encontramos Berry Mayall. O autor (Mayall, 2003, citado por Almeida, 2009) defende que as crianças são uma geração distinta da dos seus pais e professores. Considera que a infância é um elemento estrutural para a ordem social e a figura materna desempenha um papel marcante nessa construção e no seu processo educativo, atendendo à sua crescente participação no mercado de trabalho e afetando o modo como as crianças preenchem o seu dia.

Por outro lado, Sirota (1998, citado por Almeida, 2009) apresenta-nos a metáfora do “ofício de criança”. A autora chama-nos a atenção da necessidade de se compreender a criança não só no que ela faz de si mesmo e no que os outros fazem dela, mas também no que as instituições fazem dela. Através desta troca recíproca e participativa, a criança estabelece e sustenta a sua rede de relações sociais, construindo a sua identidade no grupo de pares e na família.

Semelhante a esta linha teórica, William Corsaro (2005, citado por Almeida, 2009) propõe-nos a ideia de que as crianças, no exercício das suas atividades diárias, desenvolvem



competências para uma reprodução interpretativa da infância. Distancia-se assim da ideia de que a criança é um sujeito passivo e treinado para se tornar um membro ativo na sociedade onde está inserido. As crianças, para o autor, constroem e participam no grupo de pares, a partir de uma procura ativa e criativa de informação no mundo dos adultos. Não se limitam a imitar os comportamentos dos adultos e através do uso das suas competências produzem novas dramatizações e continuamente as enriquecem, respondendo às suas necessidades e preocupações.

Manuela Ferreira (2002, citado por Almeida, 2009) concluiu que através do brincar as crianças aprendem a desenvolver ações comuns entre si, a interagir, a fazer amigos, a criar regras, ocupar lugares e a gerir informações. Sustenta que muito do brincar se inspira no adulto, tratando-se de uma imitação grosseira da vida adulta.

Sarmiento (2004, citado por Almeida, 2009) defende que “o lugar da criança é, em suma, o lugar das culturas da infância”, sustentado nos seus quatro eixos estruturadores: interatividade (contínua e heterogénea interação das crianças nas atividades); ludicidade (a brincadeira contínua); estruturador (o mundo faz de conta) e reiteração (a forma de expressão da criança: diacrónica ou sincrónica)” (p.52).

Corsaro (1997) propõe-nos a tese da “reprodução interpretativa” e culturas da infância, em substituição do conceito de socialização, na medida em que recupera a ideia de que a ação da criança não deve ser vista apenas como uma questão de adaptação e internalização. Defende que as crianças não assimilam simplesmente a cultura e a sociedade, mas contribuem ativamente para a produção e mudança cultural, através da sua participação, embora constrangidas pela estrutura social existente e pela reprodução da sociedade.

Corsaro (1997) exprime a ideia de que as crianças, na sua relação com os adultos, recebem continuamente estímulos que facultam a sua integração, sob a forma de crenças, valores, conhecimentos, disposições e normas de conduta, que se incorporam sob a forma de saberes, comportamentos e atitudes, gerando juízos, interpretações e condutas infantis que possibilitam a configuração e transformação das formas sociais. Acrescenta que não são apenas os adultos que intervêm junto das crianças, mas as crianças também intervêm junto dos adultos. As crianças recebem uma cultura constituída que lhes atribui um lugar e papel e operam mudanças nessa cultura, pela forma como a interpretam e integram e pelos efeitos

que nela produzem, mediante as suas ações. Esta noção de culturas da infância assume-se como uma grande vitória da nova proposta de estudo da infância e da criança. A existência de culturas próprias, formas de estar, pensar e sentir específicas da infância, necessariamente distintas das do adulto – embora, também, interdependentes destas.

De um modo geral, no seguimento da análise das contribuições dos diferentes autores, quanto ao novo paradigma da infância, podemos afirmar que os conceitos de reprodução interpretativa e culturas da infância serão centrais na nova proposta de estudo da infância. A criança realiza processos de significação – e resignificação – que, embora expressem a cultura da sua sociedade, fá-lo de forma distinta da dos adultos. As relações que as crianças estabelecem com os seus pares, produzindo e reproduzindo culturas próprias, incluem a construção de sentimentos e emoções específicos – como a amizade e o amor – que ajudam a definir, (re)definir e mobilizar diferentes posições e estatutos dentro do mesmo.

## **2.2. Conceito de pobreza infantil**

Segundo Bastos e colaboradores (2008), a pobreza infantil constitui, atualmente, um problema marcante na sociedade, contrariando a desejada igualdade de oportunidades estabelecida pela Convenção sobre os Direitos da Criança. As estatísticas do EUROSTAT mostram que o problema é bem evidente a nível europeu, estimando que cerca de 20% das crianças da União Europeia (UE-25) se encontrava em risco de pobreza no ano de 2004, ou seja, cujo rendimento por adulto equivalente se situava abaixo do limiar de pobreza, definido como 60% do rendimento mediano. Nesse mesmo ano, em Portugal, o risco de pobreza infantil era de 23%, um dos mais elevados da UE.

A vivência da pobreza pelas crianças reveste-se de uma maior gravidade face aos restantes grupos, atendendo que esta vivência potencia efeitos a médio prazo que condicionam o seu bem-estar, estimulando a continuidade de trajetórias de pobreza e a perpetuação do ciclo familiar de pobreza.

De acordo com Jonathan Bradshaw, Petra Hoelscher e Dominic Richardson (2006, citado por Sarmiento & Veiga, 2010):

“o bem-estar infantil e a privação são lados opostos da mesma moeda. De acordo com uma perspectiva dos direitos das crianças, o bem-estar pode ser definido como a realização dos direitos e a concretização da oportunidade de toda a criança em ser aquilo que quer ser. O grau no qual é atingido pode ser medido em termos de resultados positivos, enquanto os resultados negativos e a privação refletem a negação dos direitos das crianças. Os resultados das crianças não são estáticos, são o resultado da interação entre recursos e fatores de risco relativamente à situação pessoal das crianças, da sua família, amigos, situação escolar e restante sociedade. Estes fatores estão em constante mudança e as crianças criam o seu bem-estar de forma ativa, ao mediar estes diferentes fatores . As crianças mais novas são altamente dependentes de um ambiente acolhedor e amoroso e de recursos físicos e económicos. As crianças mais velhas, todavia, desenvolvem as suas próprias estratégias para lidar com as necessidades no seu meio ambiente porque se tornam mais independentes da sua família ao interagir com outros sistemas sociais (escola, pares, etc.)” (p.22).

O índice de bem-estar infantil é o resultado do trabalho de Bradshaw et al. (2006, citado por Sarmento & Veiga, 2010) e pode ser caracterizado como uma tentativa de resumir e monitorar o bem-estar da criança a nível europeu, com base em dados já disponíveis para a UE-25. A análise é realizada através de um entendimento com base nos direitos e no multi-dimensional bem-estar da criança.

Os autores analisam o bem-estar infantil em oito grupos (*clusters*), que incluem temas relevantes para as crianças do seu próprio ponto de vista e também temas relativos a responsabilidade do adulto para o bem-estar das mesmas, abrangendo vinte e três áreas e um total de cinquenta e um indicadores. Estes *clusters* incluem assuntos respeitantes às crianças e à responsabilidade dos adultos. O primeiro é a *situação material* que revela informações sobre o rendimento infantil, privação e familiares desempregados; o segundo *cluster*, designado de *habitação*, fornece as condições de vida das crianças e os problemas habitacionais; o terceiro, a *saúde*, revela-nos os recursos pessoais de cada criança; o quarto *cluster*, *bem-estar subjetivo*, depende do papel ativo das crianças na criação do seu próprio

bem-estar; o quinto, a *educação*; o sexto, as *relações das crianças*, indica-nos a situação da família e a qualidade das suas relações, fatores cruciais para o bem-estar das crianças, assim como as relações com os pares; o sétimo, a *participação cívica*, dá-nos o envolvimento das crianças em atividades cívicas e o seu interesse político; e, por último, o *cluster risco e segurança* revela-nos as condições e comportamentos que colocam as crianças em risco.

A abordagem da pobreza infantil para Bastos et al. (2008, citado por Sarmento & Veiga, 2010) deve ser encarada como um estado de privação em cinco áreas: agregado familiar, educação, saúde, habitação e inserção social. Consideram os autores que a pobreza infantil advém essencialmente da privação, considerada como um deficit de bem-estar numa destas áreas essenciais para a criança. Salientam assim que a pobreza infantil abrange uma multidimensionalidade de aspetos materiais e não materiais.

O pioneiro neste conceito foi Townsend (1987, citado por Bastos, 1999), referindo que:

“(...) people can be said to be deprived if they lack the material standard of diet, clothing, housing, household facilities, working, environmental and locational conditions and facilities which are ordinarily available in their society, and do not participate in or have access to the forms of employment, occupation, education, recreation and family and social activities and relationships which are commonly experienced or accepted. If they lack or are denied resources to obtain these conditions of life for this reason are unable to fulfill membership of society they can be said to be in poverty. The first turn on the level or conditions or activities experienced, the second on the incomes and other resources directly available” (p. 20).

Para Sarmento & Veiga (2010), a pobreza infantil difere da dos adultos na medida em que tem causas e consequências diferentes, as crianças são mais vulneráveis aos seus efeitos, as suas necessidades são mais urgentes e, também, porque quando vivida na infância tem efeitos a longo prazo para as crianças. Resulta a pobreza infantil para os autores das interações entre a habitação, o mercado de trabalho, os apoios governamentais e outros.

### **2.3. A pobreza infantil em Portugal**

Segundo Bastos (2010), a pobreza infantil é um problema de grande dimensão na sociedade atual e com necessidade urgente de ser estudado. Para tal, fundamenta-se no facto de cerca de 19 milhões de crianças na UE estar a viver situações de alimentação desadequada ou deficitária, problemas de desenvolvimento físico e psicológico e insucesso escolar, o que se fará sentir no futuro das mesmas pelas dificuldades de inserção profissional, a participação cívica e social, baixa auto-estima e capacidade de gestão e liderança. Para além de muitas outras consequências que se refletirão na sociedade em geral.

Um dos primeiros estudos sobre a pobreza infantil em Portugal (Silva, 1992) já salientava a importância de não isolar a situação das crianças em relação à das suas famílias no que se refere à pobreza. Salienta o estudo que a pobreza das crianças deve ser tratada não isolada das suas famílias, uma vez que a pobreza da família afeta o bem-estar da criança.

Em Portugal, Bastos (2010) sugere-nos alguns elementos-chave para a caracterização do problema da pobreza infantil, a saber:

- As crianças constituem um grupo etário com maior risco de pobreza e evolução mais desfavorável;
- A existência de crianças no agregado familiar, constitui um risco de pobreza quando este número aumenta;
- A existência de famílias monoparentais e os agregados familiares compostos por dois adultos e três ou mais crianças (de salientar que nas famílias monoparentais a situação de risco é menor);
- A baixa escolaridade dos progenitores;
- O desemprego de, pelo menos, um dos progenitores afeta expressivamente o risco de pobreza infantil;
- O tempo de permanência no estado de desemprego;
- O trabalho parcial dos progenitores.

Acrescenta ainda a autora (2010) que as áreas de maior carência das crianças são:

- Escolaridade, em consequência do insucesso escolar e da falta de acompanhamento dos pais;
- Saúde, alimentação pouco equilibrada e ausência de vigilância médica;
- Habitação, residência e habitações degradadas e desajustadas ao número de residentes;
- Inserção social, contacto reduzido com o meio envolvente, quer proporcionado pelas férias, quer na frequência de atividades extra-curriculares.

A pobreza infantil em Portugal, segundo Bastos & Nunes (2009), é particularmente notória em famílias:

- numerosas, cerca de 38% das crianças incluídas neste tipo de famílias estava em risco de pobreza em 2006 ;
- monoparentais, em 2006, 41% das crianças destes agregados viviam em risco de pobreza;
- cuja escolaridade dos pais é inferior ao ensino secundário;
- onde se verifica o desemprego de pelo menos uma das figuras parentais.

#### **2.4. Indicadores da pobreza infantil**

A compreensão da pobreza e, conseqüentemente, das políticas de redução da pobreza e intervenções, tem evoluído nas últimas décadas. A perspetiva económica dominante, centrada sobre o rendimento como o fator fundamental para colocar as pessoas em situação de bem-estar, possibilitou o reconhecimento da complexidade deste fenómeno. A experiência da pobreza vai para além da mera escassez de bens e recursos, as dimensões social, cultural e política da pobreza merecem o reconhecimento de grande valor. De facto, no que diz respeito à pobreza infantil, que não só tem conseqüências devastadoras na vida das crianças, provocando profundo sofrimento e privações extensas, dificultando o seu desenvolvimento,

limitando a sua participação social e, portanto, as suas perspectivas futuras, mas também tem enormes custos sociais e económicos. Além disso, há evidências de que a pobreza na infância tem um impacto negativo sobre o nível de vida adulta (Bäckman & Nilsson, 2007). Nesse sentido, a pobreza infantil é uma das causas de pobreza dos adultos (UNICEF, 2006).

Além disso, a pobreza é uma realidade dinâmica e diferente em cada caso. Será errado pensar que as crianças, como uma categoria semelhante, sofrerão os mesmos impactos numa experiência de pobreza (Wordsworth, McPeak, & Feeny, 2005). Pelo contrário, há que considerar as diferenças individuais das diferenças do grupo, juntamente com diversas circunstâncias e experiências.

Há uma grande diversidade de manifestações da pobreza (Gordon & Spicker, 1999) que afetam todos os domínios da vida das pessoas, desde o material até ao nível psicológico e sociocultural:

- que compromete a saúde das pessoas atendendo à falta de recursos materiais e as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, dificultando o controlo de doenças contagiosas e, conseqüentemente, o aumento das taxas de mortalidade (Hoelscher, 2004);
- afeta a educação e a formação profissional – a pobreza está associada com o desempenho académico insatisfatório, altas taxas de insucesso escolar e abandono e, conseqüentemente, baixa escolaridade e baixas qualificações, o que se reflete no trabalho e precariedade económica (Hoelscher, 2004);
- prejudica o desenvolvimento cognitivo da criança, bem como o seu funcionamento social e emocional, empobrecendo a sua experiência social, a qualidade das suas relações e a sua competência social, muitas vezes manifestada através de distúrbios psicológicos e problemas de comportamento (Hoelscher, 2004);
- encontra-se também relacionada com o abuso infantil e negligência situações (Hoelscher, 2004);
- facilita o desenvolvimento de economias informais, marginal e paralela, em que os problemas sociais, como drogas e consumo de álcool, prostituição, violência e outros tipos de crimes proliferam (EUROCHILD, 2007).

Wordsworth, McPeak e Feeny (2005) identificaram três dimensões fundamentais a considerar na experiência de pobreza das crianças:

- **Privação**, entendida como a insuficiência de condições materiais e serviços considerados essenciais para o desenvolvimento das crianças e o seu bem-estar. Por exemplo: serviços sociais básicos inexistentes ou limitados, falta de acesso a água potável, inadequada alimentação, vestuário, segurança, ausência de redes de apoio, negação dos direitos fundamentais, pouco ou nenhum acesso ao conhecimento e oportunidades de formação e aprendizagem.
- **Exclusão**, como um processo relacional, que restringe o âmbito da participação individual na sociedade e no exercício pleno dos direitos humanos.
- **Vulnerabilidade**, atendendo ao caráter imprevisível e precário da condição de pobreza e aos sentimentos de insegurança e ansiedade associados. Por exemplo: endividamentos, perda de património, falta de competências parentais, limitação física, cognitiva e mental.

Para Desai (1995), o bem-estar infantil depende fortemente das características das famílias, nomeadamente da sua dimensão, estrutura, qualidade das dinâmicas familiares, estilos e práticas parentais e nível socioeconómico. Particularmente, a posição social e económica dos pais, associado a variáveis como emprego, habitação e educação (Black & Krishnajumar, 1998), determinam as condições de vida das crianças.

Há evidências de que as crianças são especialmente afetadas pela situação financeira dos seus pais, que é um poderoso determinante da sua condição de vida (saúde, educação, hospedagem, acesso à mobilidade, aos serviços) (Hoelscher, 2004). Seguindo essa linha de investigação, vários estudos mostram que crianças vivendo em famílias com pais desempregados têm maiores níveis de problemas de saúde (Pedersen, Holstein, & Kohler, 2005). No entanto, considerando as políticas sociais e as estratégias mobilizadas para resolver este problema, a prioridade dada à redução do desemprego adulto provou não ser eficaz por si mesmo, porque tem vista para o contexto global e as causas da pobreza persistente (Sinfield & Pedersen, 2006).



A pobreza infantil não representa assim apenas falta de recursos económicos, obtidos através do emprego ou de benefícios sociais. Trata-se de uma situação mais abrangente, dada a vulnerabilidade, a precariedade, a falta de oportunidades e o baixo exercício dos seus direitos. Viver uma situação de pobreza representa vulnerabilidade de acesso à educação, à saúde, à cultura, à habitação, ao emprego, aos serviços e equipamentos, bem como dificuldades de acesso à informação e à participação cívica.

A pobreza infantil traduz o crescimento de uma criança numa família com rendimentos baixos e com baixo exercício cívico. Significa a exposição a situações de perigo e, dadas as suas dificuldades no acesso à educação, pode provocar impactos ao nível da sua motivação e participação, dificultando a aquisição de formação e informação que, no futuro, a poderá fazer sair do ciclo de pobreza onde é criada. A situação de pobreza representa uma privação dos direitos, em maior ou menor grau de intensidade.

Seguem-se alguns fatores que contribuem para a explicação e medição da pobreza.

#### ***2.4.1. Fatores económicos (composição do agregado familiar e situação profissional)***

Segundo o relatório da Comissão Europeia (2008), a situação profissional das famílias é um fator determinante da pobreza. O desemprego representa o principal fator de risco para uma vivência de pobreza das famílias com filhos. Na União Europeia, 62% das famílias desempregadas e com filhos encontram-se em situação de risco de pobreza. De salientar, que o desemprego tem afetado sobretudo as famílias monoparentais, atendendo também à dificuldade de conciliação da vida profissional com a familiar.

Este relatório indica-nos ainda que algumas crianças cujos pais trabalham se encontram em risco de pobreza, visto que não conseguem rendimentos suficientes para se manterem acima do limiar de pobreza. A pobreza em famílias com emprego é consequência da instabilidade do mercado de trabalho, nomeadamente dos baixos salários, contratos de trabalho a tempo parcial ou mesmo da inexistência de contrato, bem como o baixo número de adultos que trabalham em relação ao número de pessoas que a família tem a cargo. De salientar, ainda, que as repercussões do trabalho a tempo parcial nos rendimentos da família dependem do nível das qualificações escolares e profissionais, do número de horas prestadas

e da disponibilidade de equipamentos de acolhimento das crianças e de outros serviços de ajuda à disposição dos pais.

Face ao exposto, de acordo com Bastos (1999), se percebe que a escassez de rendimentos das famílias pobres condiciona o tipo de habitação, o acesso a escolas e equipamentos sociais adequados, a qualidade da alimentação e a prestação de cuidados de saúde.

### ***2.4.2. Habitação***

Segundo Bastos e colaboradores (2008), as famílias pobres concentram-se sobretudo em bairros de realojamento ou de habitação social, em casas velhas ou mesmo barracas, onde predominam os problemas de construção, a reduzida dimensão e a falta de energia. Adicionalmente inserem-se em locais pouco seguros. Residir assim nestes locais é um elemento marcante para a vida das crianças.

A situação da família e do bem-estar das crianças em casa estão intimamente relacionadas com condições de habitabilidade. Residir num local pequeno aumenta o risco das relações familiares, atendendo a falta de privacidade. As condições precárias de habitação podem também ter impactos ao nível do estudo, uma vez que a falta de espaço dificulta a realização correta e concentrada dos trabalhos de casa. A falta de condições de habitação produz também impacto nas relações sociais, pois as crianças não convidam os seus amigos (Hoelscher, 2004).

### ***2.4.3. Educação***

Para Bastos e colaboradores (2008), a educação preenche uma significativa parte da vida das crianças, dada a sua organização atual. Refere tratar-se, assim, de um fator determinante do bem-estar das crianças, refletindo uma forte relação entre a pobreza e a educação.

Segundo Bastos (1999), a forte relação entre a educação e a pobreza, deve-se ao facto de as crianças pobres revelarem, normalmente, níveis significativos de insucesso e absentismo escolar, devido à necessidade de aumentar os rendimentos materiais da família.

A pobreza está assim associada ao desempenho académico insatisfatório, altas taxas de insucesso escolar e abandono e, conseqüentemente, baixa escolaridade e baixas qualificações, que se reflete no trabalho e precariedade económica.

Verificamos face ao exposto que, a baixa escolaridade tem conseqüências pesadas. As pessoas com baixos níveis de escolaridade e qualificações profissionais correm um maior risco de viver uma situação de pobreza. Habitualmente estas pessoas estão desempregadas com mais frequência e por períodos mais longos, ou fazem parte do número de pessoas empregadas e que continuam pobres. Uma melhoria no nível e qualidade educacional pode conseguir-se através da melhoria do nível de escolaridade ou formação, do reconhecimento de certificados e diplomas dos migrantes ou pela formação contínua (Hoelscher, 2004).

#### **2.4.4. Saúde**

Segundo Bastos (1999), o estado de saúde de um indivíduo depende do seu estatuto socioeconómico, ou seja, do seu nível de escolaridade, estatuto profissional e rendimentos. Não é só a pobreza que torna as pessoas doentes, mas a doença ou um acidente também podem causar pobreza. A escassez de recursos influencia o estado de saúde, pela deficitária alimentação e ausência ou insuficiente prestação de cuidados primários.

Na verdade, a pobreza é uma causa de distúrbios físicos e psicológicos, que afetam gravemente a qualidade de vida das crianças (Hoelscher, 2004). A pobreza é um fator de risco para a saúde individual e bem-estar (Gaspar, Matos, Ribeiro & Leal, 2006), especialmente para crianças e jovens. São estas condições que comprometem fortemente o futuro, já que tendem a perpetuar e reproduzir-se (Hoelscher, 2004). De facto, crescer numa família vulnerável constitui um elo fundamental da ligação intergeracional.

O bem-estar da criança está assim diretamente relacionado com o seu estado físico e psicológico (Bastos et al, 2008). Referem os autores que as crianças que residem em meios mais vulneráveis apresentam por norma mais fragilidades e fatores de risco para a saúde, resultantes das condições vividas pelas mães durante a gravidez ao nível da alimentação e vigilância médica.

#### ***2.4.5. Inserção social***

Para Bastos e colaboradores (2008), “o meio envolvente, a interação social, o alargamento e conhecimento de outros modos de vida e de outras atividades, de outros espaços e culturas, são fatores de enriquecimento do desenvolvimento da criança e, por isso, condicionantes do seu bem-estar” (p.14).

Assim, uma criança que vivencie uma situação precária ao nível da integração social, com poucos contactos e com um afastamento de atividades sociais e outras, torna-se muito vulnerável à pobreza, já que o seu desenvolvimento pessoal se consolida numa vida em comunidade, onde se integra numa rede constituída pela família, pelos amigos, associações e outros.

Para Bastos e colaboradores (2008), trata-se assim de uma dimensão importante a ser considerada para a mensuração do bem-estar, apesar da dificuldade a este nível face às anteriores dimensões, pois são nestes bairros, caracterizados pela extrema pobreza persistente e a retirada das instituições públicas e privadas, que as crianças tendem a viver situações de desorganização social e a usufruir de poucos recursos para as crianças (Hoelscher, 2004).

## **CAPÍTULO 3**

### **METODOLOGIA E HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO**

Neste terceiro capítulo será efetuada a análise empírica sobre o tema central desta investigação – a pobreza infantil.

Os principais elementos metodológicos que estão por detrás da construção da base de dados assim como o instrumento e indicadores de bem-estar utilizados, no processo de aferição do bem-estar das crianças, tem por base o estudo efetuado a um conjunto de cerca de 5000 crianças dos concelhos de Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas e Sintra, nos anos letivos de 2004/2005 e 2005/2006, numa parceria entre o Instituto de Apoio à Criança, o Instituto Superior de Economia e Gestão, a Faculdade de Motricidade Humana, escolas da Universidade Técnica de Lisboa, Direção Regional de Educação de Lisboa e as Câmaras Municipais dos respectivos concelhos (Bastos, Fernandes, Passos & Malho, 2008).

Neste capítulo, apresenta-se assim a metodologia geral do estudo empírico levado a cabo no âmbito deste trabalho. Assim, serão apresentados, em primeiro lugar, os objetivos e as hipóteses de investigação. De seguida, procede-se à definição das fases do plano da investigação, bem como apresentação do instrumento de medida utilizado. Segue-se ainda a descrição dos procedimentos adotados na seleção da amostra, além da caracterização dos sujeitos que compõem a amostra do estudo. Finalmente, apresentam-se, de modo sumário, os modelos estatísticos usados no tratamento dos dados recolhidos.

#### **3.1. Objetivos e hipóteses da investigação**

A presente investigação pretende contribuir para o alargamento da compreensão das condições de vida das crianças residentes no concelho de Barcelos e, conseqüentemente, ao conhecer melhor este fenómeno, gerar cenários de trabalho para investigações futuras.

A importância deste estudo surge porque a pobreza constitui um problema marcante da sociedade atual e porque se pretende:

- conhecer as condições de vida das crianças de Barcelos;
- diferenciar as condições de vida das crianças que vivem em áreas geográficas diferenciadas;
- identificar os indicadores de privação;
- aprofundar a aferição do nível de pobreza/privação infantil das crianças de Barcelos, a partir do conhecimento detalhado das suas condições de vida e da satisfação/insatisfação de um conjunto de necessidades consideradas importantes na prossecução do seu bem-estar e desenvolvimento.

A pesquisa teórica desenvolvida no capítulo anterior assenta num conjunto de hipóteses que serão alvo de estudo:

- Hipótese 1 – As crianças possuem níveis de privação diferentes consoante a sua área de residência no município de Barcelos
- Hipótese 2 – A privação das crianças não se define somente pelas condições financeiras do agregado familiar
- Hipótese 3 – A existência de indicadores relacionados com as dimensões agregado familiar, educação, saúde, habitação e inserção social são explicativos do estado de privação das crianças.

### **3.2. População e amostra**

A análise empírica a desenvolver no âmbito deste capítulo visa, entre outros objetivos, avaliar as condições de vidas das crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 11 anos que residem no concelho de Barcelos. A população alvo é composta pelas crianças que frequentam os 3º e 4º anos, do 1.º ciclo da escolaridade obrigatória, nas escolas oficiais do concelho de Barcelos. A população inclui 2072 crianças repartidas pelos diferentes agrupamentos de escolas, como se mostra no Quadro 1.

Qualquer processo de seleção da amostra constitui-se um elemento essencial para qualquer estudo por amostragem, este não foi exceção. Os procedimentos adotados podem condicionar os resultados, bem como a validade da investigação.

Nesta investigação o desenho da amostra seguiu a técnica da estratificação com afixação proporcional à dimensão de cada estrato. Assim, considerou-se que o estrato seria o agrupamento de escolas do concelho de Barcelos, devendo contribuir cada um deles com 20% do número total de alunos da amostra. Calculado o número médio de alunos em cada turma, foram seleccionadas, de uma forma aleatória, as turmas necessárias de modo a completar a dimensão da amostra pretendida.

Sendo a unidade estatística de observação, por excelência, a criança, o questionário foi respondido pelas crianças e, posteriormente, validado pela escola. Todavia, é importante salientar que, previamente à aplicação do questionário, foi solicitada autorização à Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (Anexo I), para a respectiva aplicação no contexto educativo. De seguida, procedeu-se ao contacto formal com os diretores de escola dos nove agrupamentos de escola do concelho de Barcelos (Anexo II), com vista a recolher a autorização dos encarregados de educação (Anexo III).

A amostra recolhida resultou da aplicação do questionário a 634 crianças, entre os meses de dezembro de 2010 e fevereiro de 2011, distribuídas pelos diferentes agrupamentos de escolas do concelho de Barcelos, de acordo com o Quadro 1.

**Quadro 1**  
**Amostra**

	<b>Norte</b>			<b>Centro</b>			<b>Sul</b>			<b>Total</b>
	Vale do Tamel	Fragoso	Vila Cova	Manhente	Gonçalo Nunes	Cávado Sul	Vale D'Este	Abel Varzim	Braga Oeste	
População	272	159	138	222	639	475	322	303	172	2072
Amostra	96	33	52	46	132	97	75	64	39	634
Taxa (%)	35,3	20,8	37,7	20,7	20,7	20,4	23,3	21,1	22,7	30,6

Importa mencionar que, apesar de terem sido aplicados questionários nos nove agrupamentos de escolas do concelho, para efeitos de análise estes foram agrupados em três grupos atendendo a sua localização geográfica no concelho: Norte, Centro e Sul. O Quadro 1

mostra-nos, além da população total de alunos do 3º e 4º anos em cada um dos agrupamentos de escolas, a dimensão da amostra recolhida em cada um deles.

Ainda relativamente aos resultados apresentados no Quadro 1, verificamos que os agrupamentos de Vale de Tamel e Vila Cova apresentam uma amostra significativamente superior relativamente aos restantes. Tal deveu-se ao facto de uma grande percentagem de encarregados de educação ter dado autorização para a aplicação do questionário e se terem considerado os mesmos para estudo.

O questionário foi sujeito a um pré-teste no sentido de se averiguar a sua adequabilidade à população em estudo e aos objetivos da investigação. Este pré-teste decorreu na Escola Primária de Gondifelos, concelho de Vila Nova de Famalicão. Os resultados do pré-teste foram satisfatórios pelo que consideramos estarem reunidas as condições para a aplicação do questionário.

### **3.3 Questionário**

Tendo em conta que este estudo pretendeu ser uma réplica do estudo “Um olhar sobre a pobreza infantil”, publicado pela editora Almedina, o questionário a utilizar careceu de autorização prévia dos autores, a qual foi gentilmente concedida.

O questionário (Anexo IV) é composto por questões de compreensão fácil e de resposta múltipla, abrangendo cinco dimensões de bem-estar relacionadas com o agregado familiar, a educação, a saúde, a habitação e a inserção social. Encontram-se assim, neste questionário, questões que procuram caracterizar o agregado familiar no qual a criança está inserida; analisar o sucesso escolar e o apoio educativo prestado pela família à criança, bem como analisar a percepção da criança do contexto educativo; aferir o tipo de alimentação, a vigilância médica e a percepção das crianças quanto às suas condições de vida; caracterizar as condições de habitação das crianças e, também, analisar as rotinas de vida das crianças, relativamente aos seus tempos livres, às brincadeiras, à percepção do espaço urbano e à mobilidade.



### 3.4 Análise estatística

Num primeiro momento, todas as questões são analisadas individualmente de uma forma puramente descritiva, nomeadamente através de percentagens, médias e desvios padrão. Posteriormente, recorre-se à utilização de testes de hipóteses paramétricos e não paramétricos, de modo a comprovarmos quais as diferenças e as relações estatisticamente significativas. Em todos os testes, utiliza-se 5% como nível de significância (correspondendo a um intervalo de confiança de 95%).

Como testes paramétricos, utiliza-se o teste t de Student e o teste ANOVA, na situação em que estão em confronto, respectivamente, dois grupos ou mais de dois grupos, de modo a aferir sobre as diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

É utilizado o teste não paramétrico da independência do Qui-Quadrado, quando ambas as variáveis em confronto têm uma natureza qualitativa, de modo a aferir sobre as relações estatisticamente significativas. Contudo, na análise dos indicadores, como as variáveis em confronto são ambas dicotómicas, são considerados os níveis de significância do teste de Fisher.

Adicionalmente, recorreremos ainda à utilização de regressões logísticas com o intuito de determinar, entre um conjunto de variáveis significativas, quais são aquelas que melhor predizem a variável dicotómica em análise.

O *software* estatístico utilizado para apoio da análise dos dados, cálculo de medidas estatísticas e testes de hipóteses, é o IBM SPSS Statistics.

## CAPÍTULO 4

### ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

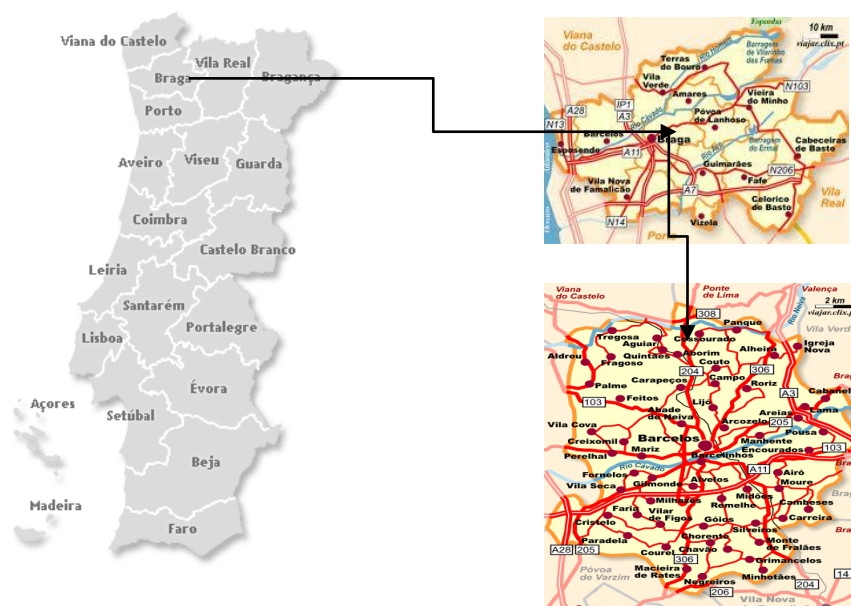
#### 4.1. Caracterização breve do concelho de Barcelos

Esta investigação decorreu no concelho de Barcelos, mais especificamente nos nove agrupamentos verticais de escolas do concelho: Gonçalo Nunes, Fragoso, Vale D'Este, Manhente, Abel Varzim, Vila Cova, Braga Oeste, Vale de Tamel e Cávado Sul.

De acordo com os dados disponíveis<sup>1</sup>, iremos proceder a uma breve caracterização do concelho de Barcelos, segundo quatro dimensões: (i) demografia, (ii) educação, (iii) habitação e (iv) situação económica.

Figura 1

Mapas de Portugal – Região Norte – Minho – Barcelos



<sup>1</sup> Censos 2001

### **(i) Demografia**

O concelho de Barcelos, com uma área de 378,9 Km<sup>2</sup>, repartida por 89 freguesias, pertence ao distrito de Braga e insere-se na Unidade Territorial II Norte (NUT) e NUT III Cávado. Para além do concelho de Barcelos, fazem parte da NUT III Cávado, os concelhos de Amares, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde.

Considerando os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) quanto às estimativas anuais da população residente em 2010, Barcelos apresenta 51,5% de população feminina e 48,5% de população masculina, sendo o maior concelho do distrito de Braga em área geográfica e o maior do país em número de freguesias.

Da leitura do Quadro 2 verificamos que o concelho de Barcelos possui uma estrutura demográfica muito jovem, pois quase 30% dos residentes têm idade inferior a 15 anos e existem menos de 13% de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

### **Quadro 2**

#### **Distribuição etária da população residente**

<b>Distribuição etária da população</b>					
Grupo etária	0-14	15-24	15-64	+65	Total
%	16,2	13,1	58,1	12,6	100

Fonte: INE – Estimativas anuais da população residente, 2010

### **(ii) Educação**

De acordo com o Quadro 3 (utilizam-se os dados dos Censos 2001, pois ainda não são conhecidos os dados dos Censos 2011), a população residente segundo o nível de escolaridade apresenta valores mais elevados ao nível do 1.º Ciclo do Ensino Básico. A percentagem de população com este nível de ensino é de aproximadamente 38%, enquanto apenas 5% possui escolaridade de nível superior. De salientar a elevada percentagem de população sem escolaridade no concelho, que, em 2001, rondava os 14%.

### Quadro 3

#### Distribuição da população residente segundo a escolaridade

	Níveis de Escolaridade							Total
	Nenhum	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ens. Sec	Ens. médio	Ens. Superior	
Taxa (%)	14,1	37,7	20,8	11,8	10,4	0,3	4,9	100

Fonte: INE – Censos 2001

#### (iii) Habitação

Segundo dados recolhidos nos Censos 2001 pelo INE, o concelho de Barcelos apresenta a seguinte estrutura de alojamento.

### Quadro 4

#### Tipo de alojamento da população residente

	Tipo de alojamento							Total
	Famílias Clássicas Residentes	Famíliares Institucionais			Alojamentos Familiares – Clássicos			
	34631		20				42 909	
Taxa (%)	14,1	37,7	20,8	11,8	10,4	0,3	4,9	100

Fonte: INE – Censos 2001

#### (iv) Situação económica

Incidindo a análise sobre a economia e os setores de atividade económica, podemos referir que o volume percentual da distribuição da população ativa do concelho, segundo dados do INE em 2008, caracterizava-se da seguinte forma: 58,2% no sector secundário, 40,2% no sector terciário e 1,8% no sector primário. As principais empresas, com sede na região, estão ligadas à indústria transformadora e construção, ao comércio por grosso e a retalho e ao alojamento e restauração.

Em 2001, a taxa de atividade era de 50,4% e a taxa de desemprego de 4,3% (2631 pessoas), aumentando comparativamente com 1991 (2,6%), sobretudo na população feminina. O desemprego é um fenómeno presente na sociedade portuguesa e, segundo dados do INE (2010), no 4.º trimestre de 2010 a taxa de desemprego situava-se nos 11,1%

(602,6 mil pessoas). Em Barcelos, segundo dados do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, dezembro/2010), o número de desempregados registava-se em 5686 pessoas, 9,4% face à taxa de desemprego nacional. Em termos de género, a taxa de desemprego no concelho de Barcelos continua a ser superior na população feminina com 3145 mulheres desempregadas face aos 2541 homens.

## **4.2. Análise dos resultados**

### ***4.2.1. Caracterização da amostra***

A análise dos resultados da amostra recolhida é iniciada através da caracterização das crianças e dos pais/responsáveis distribuídas por zona e género. A amostra final ficou pelos 634 participantes, em que 309 (48,7%) são raparigas e 325 (51,3%) são rapazes. As escolas da zona Centro são as responsáveis por esta diferença a favor dos rapazes, pois é a única que regista um número mais elevado de crianças masculinas (53,8%) e detem a parte mais significativa da amostra (43,4% contra pouco mais de 28% em cada uma das zonas Norte e Sul).

No Quadro 5, podemos ainda observar, dentro de cada zona e género, a distribuição das crianças por idade e ano de escolaridade. Sendo a nossa população constituída pelas crianças que frequentavam o 3º e o 4º ano de escolaridade, resulta natural que as idades estejam centradas entre os 8 e 9 anos (média global = 8,7 anos), observando-se ainda uma percentagem razoável de crianças com 10 anos (registaram-se ainda valores residuais de crianças com 7 e 11 anos, tendo-se optado pela sua não representação no quadro).

As crianças inquiridas são maioritariamente do 4º ano (55,8%), embora se registre um desequilíbrio entre zonas: nas zonas Centro e Sul as crianças do 4º ano estão claramente acima dos 60%, implicando um maior número de crianças com 9 e 10 anos (na ordem dos 70%); enquanto na zona Norte a balança é favorável às crianças do 3º ano, com proporções semelhantes, e mais crianças com 8 e 9 anos (acima dos 90%).

**Quadro 5**  
**Caracterização das crianças por zona e género**

<b>Género</b>	<b>Norte</b>			<b>Centro</b>			<b>Sul</b>			<b>Total</b>		
	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>Tot</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>Tot</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>Tot</b>	<b>F</b>	<b>M</b>	<b>Tot</b>
N	91	90	181	127	148	275	91	87	178	309	325	634
%	50,3	49,7	28,5	46,2	53,8	43,4	51,1	48,9	28,1	48,7	51,3	
<b>Idade (%)</b>												
8 anos	50,5	60,0	55,2	35,4	23,8	29,2	23,1	28,7	25,8	36,2	35,2	35,7
9 anos	41,8	35,6	38,7	57,5	66,0	62,0	72,5	52,9	62,9	57,3	54,0	55,6
10 anos	5,5	4,4	5,0	7,1	7,5	7,3	4,4	17,2	10,7	5,8	9,3	7,6
Média	8,6	8,4	8,6	8,7	8,8	8,8	8,8	8,9	8,9	8,7	8,8	8,7
<b>Ano de escolaridade (%)</b>												
3º ano	57,1	67,8	62,4	41,7	33,8	37,5	31,9	40,2	36,0	43,4	44,9	44,2
4º ano	42,9	32,2	37,6	58,3	66,2	62,5	68,1	59,8	64,0	56,6	55,1	55,8

A distribuição das crianças, em função do núcleo familiar com quem vivem, é muito semelhante nas três zonas, registando-se uma larga maioria de crianças (82%) a residir com ambos os pais. As restantes situações completam-se, quase integralmente, com vivendo só com a mãe (6%), com outros familiares (8,7%) e com a mãe e o padrasto (2,5%).

Tendo em consideração o número de irmãos, observamos que os agregados não são numerosos pois, maioritariamente, as crianças têm apenas um irmão (59,4%); registamos 21,4% sem irmãos e 15,2% com dois irmãos. Acrescentemos, ainda, que 76,5% das crianças que tem irmãos vivem com um irmão, enquanto 17,4% vivem com dois irmãos.

Os pais/responsáveis das crianças são caracterizados exclusivamente pelas habilitações literárias. Não foi possível aferir as respetivas profissões dada a fragilidade do indicador, quer devido à falta de clareza das respostas, quer devido à elevada dispersão de respostas.

O Quadro 6 permite-nos constatar que, na sua larga maioria, os pais das crianças têm uma escolaridade reduzida: mais de 50% não vai além do 2º Ciclo do Ensino Básico. Mesmo assim, observam-se diferenças entre as zonas Norte e Sul e a zona Centro, registando-se nesta última pais/responsáveis com habilitações mais elevadas (são cerca de 40% os pais das crianças com, no máximo, o 2º Ciclo).

**Quadro 6**  
**Caracterização dos pais/responsáveis por zona**

Habilitações literárias	Norte		Centro		Sul		Total	
	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai
Não sabe ler/escrever	0,6	-	1,9	1,9	0,6	0,6	1,2	1,0
1º CEB	13,7	15,2	10,0	8,9	16,6	20,1	12,8	13,8
2º CEB	44,6	50,3	29,6	32,7	43,6	45,3	37,7	41,1
3º CEB	11,4	17,6	25,6	24,9	20,9	20,8	20,2	21,7
Secundário	21,1	10,3	21,1	20,2	14,7	11,3	19,4	15,0
Superior	8,6	6,7	11,9	11,3	3,7	1,9	8,7	7,4

É nas habilitações de nível secundário e superior onde ocorrem mais variações entre as três zonas: na zona Centro registamos valores mais elevados de habilitações – ronda os 20% os pais com nível Secundário e passa os 10% os pais com nível Superior; na zona Norte registamos uma elevada diferença entre a escolaridade das mães e dos pais, tendo as mães escolaridade mais elevada – 21,1% com nível secundário contra 10,3% dos pais e 8,6% com nível superior contra 6,7% dos pais; na Sul registamos menores proporções de pais com, pelo menos, o ensino secundário – apenas 3,7% das mães e 1,9% dos pais possuem nível superior.

#### **4.2.2. Apresentação do índice de privação**

Se consideramos a pobreza como uma situação de défice de bem-estar, não é fácil a sua mensuração pois são múltiplos os fatores envolvidos, dado o seu carácter subjetivo e qualitativo (Bastos, Fernandes, Passos & Malho, 2008).

De acordo com Ferreira & Sarmiento (2010), ao conceito de bem-estar estão associados dois sentidos não coincidentes, mediante o seu surgimento seja das ciências médicas, psicológicas, das ciências sociais ou políticas.

Ferreira & Sarmiento (2010) refere que a primeira abordagem do conceito de bem-estar está relacionada com o “equilíbrio biopsicológico, pela satisfação das necessidades fundamentais de sobrevivência e de equilíbrio nas relações do sujeito consigo próprio e com o ambiente social e natural. Esta aceção é muito próxima do conceito de “saúde” de acordo com as definições da Organização Mundial de Saúde” (p.10).

A segunda abordagem de bem-estar, segundo os mesmos autores (2010) “assume-se predominantemente como um indicador macrosocial, de natureza económica (acesso a bens de primeira necessidade e equidade social na distribuição dos rendimentos), de saúde (condições de acesso a serviços de saúde predominantemente gratuitos) e social (acesso a bens e serviços sociais, numa perspetiva de inclusão e igualdade de oportunidades)” (p.10).

Constatamos assim, nestas duas abordagens, que, na primeira, o conceito de bem-estar está relacionado com o conforto e equilíbrio individual e, na segunda, o conceito diz respeito a uma concepção sociopolítica de inclusão social.

No processo de construção dos indicadores sociais as principais dificuldades encontram-se ao nível da seleção das variáveis a considerar na tentativa de medição do fenómeno em causa.

Para Bastos e colaboradores (2008), os indicadores relativos à pobreza infantil são abrangidos pelas questões discutidas sobre os indicadores sociais.

Neste estudo, para além dos indicadores clássicos da pobreza infantil, calculados a partir da informação disponível sobre o rendimento familiar, é utilizada uma metodologia econométrica de modo a aprofundar e complementar esta abordagem. Assim, a partir da informação recolhida no questionário, são seleccionadas um conjunto de variáveis associadas ao rendimento que distingue as crianças pobres das não pobres.

Para além da dimensão monetária, a conceptualização da pobreza infantil, atendendo ao seu carácter multidimensional, incorpora outras dimensões como: o agregado familiar, a escolaridade, a saúde, a habitação e a inserção social (Bastos, Fernandes, Passos & Malho, 2008).

A abordagem desenvolvida no trabalho pioneiro de Townsend (1979, citado por Bastos, Fernandes, Passos & Malho, 2008) partiu da seleção de 12 atributos para calcular um índice de privação. Assim, considerou que cada atributo era uma variável binária que assumia o valor 0 quando o sujeito não estava privado relativamente a essa variável e 1 quando se verificava a situação contrária.

A privação surge, então, como uma ampliação ao conceito de pobreza que pretende reunir as carências materiais e imateriais dos sujeitos e das suas famílias, através da observação direta das suas condições de vida. Esta tem vindo a ser a linha de investigação de



diferentes organismos internacionais, como é o caso do EUROSTAT (Bastos, Fernandes, Passos & Malho, 2008).

Para Bastos e colaboradores (2008), a definição do índice de privação é um processo que se desenvolve em diferentes etapas:

- Seleção dos indicadores das condições de vida – esta seleção sintetiza e abrange diferentes vertentes da vida dos sujeitos e das suas famílias;
- Avaliação das unidades em análise – cada indicador que precede da etapa anterior é definido de limiar de privação que distinguirá as situações de privação das de não privação;
- Associação dos indicadores – após a determinação do valor que cada unidade de observação assume relativamente a cada atributo, tem-se à disposição uma base de dados que possibilita a obtenção de indicadores de privação para cada unidade de observação/categoria de bem-estar.

No âmbito desta investigação, o índice de privação que se propõe parte do conceito de pobreza infantil e da informação fornecida pelo questionário aplicado. Os indicadores considerados e correspondentes limiares de privação, como se mostra no Quadro 7, surgem segundo as dimensões de bem-estar incluídas na conceptualização da pobreza infantil, a teoria económica e os estudos empíricos realizados sobre a temática em Portugal (Bastos, Fernandes, Passos & Malho, 2008).

## Quadro 7

### Dimensões/variáveis que integram o Índice de Privação

Dimensão/Variável	Limiar de Privação
<b>Agregado Familiar</b>	
1.2. Quantos irmãos tens?	> 2
1.6.A. Nível de escolaridade da mãe/responsável?	< 3º Ciclo
1.6.B. Nível de escolaridade do pai/responsável?	< 3º Ciclo
1.9. A criança é considerada como “carenciada”?	Sim
<b>Educação</b>	
2.3. Quantas vezes já chumbaste?	> 1
2.4. Quem te ajuda a fazer o TPC ou te esclarece dúvidas?	Ninguém
<b>Saúde</b>	
2.10. Costumas ir ao médico só quando estás doente?	Sim
2.13. Quando tens fome, normalmente há comida em casa?	Não
<b>Habitação</b>	
2.22. A casa onde vives é:	Habitação degradada
2.24. Dos bens que se seguem, diz quantos existem a tua casa:	< 4
<b>Inserção Social</b>	
2.35. Nos teus tempos livres tens alguma das actividades que se seguem fora do ATL?	Não
2.36. E nas férias, para onde costumavas ir?	Fico em casa

**Nota.** Adaptado de Bastos, Fernando, Passos & Malho (2008: 38).

#### 4.2.3. Análise do Índice de Privação

Na construção do Índice de Privação, globalmente e nas suas diferentes dimensões, devemos ter em consideração os valores mínimo e máximo que cada um deles pode tomar. Assim, enquanto as dimensões Educação, Saúde, Habitação e Inserção Social, podem tomar valores entre 0 (não verificação de qualquer indicador) e 2 (presença de ambos os indicadores), já a dimensão Agregado Familiar, como são 4 os indicadores, este é o valor máximo que pode tomar. Já quanto ao Índice de Privação, resultante da soma das respectivas dimensões, o seu valor pode variar entre 0 (não verificação de todos os indicadores) e 12 (a totalidade dos indicadores).

Como se pode observar no Quadro 8, o Índice de Privação toma o valor máximo de 6, o que significa que nenhuma das crianças se enquadra no Limiar de Privação em mais de seis indicadores.

**Quadro 8**  
**Nº de indicadores sujeitos ao limiar de privação**

Dimensões da Privação	Nº indicadores (%)						
	0	1	2	3	4	5	6
Agregado Familiar	30,9	24,4	34,0	9,8	0,9		
Educação	91,8	8,0	0,2				
Saúde	56,2	43,7	0,2				
Habituação	75,4	24,2	0,5				
Inserção Social	59,9	38,3	1,7				
Índice de Privação	11,5	20,4	20,5	22,5	15,6	6,5	3,0

Analisando, individualmente, cada uma das dimensões, verificamos o seguinte: no Agregado Familiar, em 90% das crianças o número de indicadores situa-se entre 0 e 2, registando estes os limites de 30,9% e 34%, respetivamente; na Educação, não chegam a 10% as crianças que verificam pelo menos um indicador; na Saúde e na Inserção Social, em que na quase totalidade das crianças se regista 0 ou 1 indicador, sendo as percentagens relativamente próximas, na maioria não existe qualquer indicador, 56,2% e 59,9%, respetivamente; também na Habituação a quase totalidade das crianças regista 0 ou 1 indicador, embora a maioria de crianças sem qualquer indicador seja mais alargada, 75,4%.

Concluimos a análise destes resultados salientando que a mediana do Índice de Privação é igual a 2. O que, à semelhança do critério adoptado por Bastos, Fernandes, Passos & Malho (2008), constituirá o nosso ponto de corte para distinguir as crianças com privação – Índice de Privação superior à mediana – das crianças sem privação.

A análise dos níveis de privação, globalmente e por dimensão, prossegue a partir das medidas estatísticas básicas, média e desvio padrão, tal como é apresentado no Quadro 9. De acordo com os resultados encontrados, confirmamos existirem diferenças entre zonas.

Comparando as três zonas, no que concerne ao Índice de Privação global, verificamos que as zonas Norte (média = 2,77) e Sul (média = 2,60) registam níveis de privação globais significativamente superiores ( $p < 0,001$ ) aos registados na zona Centro (média = 2,08).

## Quadro 9

### Análise das dimensões do Índice de Privação por zona

Dimensões da Privação	Agrupamentos Média (Desvio Padrão)			Total	Teste ANOVA	
	Norte	Centro	Sul		F	p
Agregado Familiar	1,47 (1,05)	1,00 (1,01)	1,43 (0,94)	1,25 (1,03)	13,9	<0,001
Educação	0,07 (0,25)	0,10 (0,30)	0,08 (0,29)	0,08 (0,28)	0,7	0,481
Saúde	0,52 (0,50)	0,35 (0,49)	0,49 (0,50)	0,44 (0,50)	7,7	<0,001
Habitação	0,30 (0,47)	0,21 (0,42)	0,26 (0,45)	0,25 (0,45)	2,3	0,102
Inserção Social	0,44 (0,54)	0,44 (0,53)	0,37 (0,51)	0,42 (0,53)	1,0	0,372
Índice de Privação	2,77 (1,53)	2,08 (1,56)	2,60 (1,46)	2,42 (1,60)	11,5	<0,001

Na análise dimensional deste Índice de Privação, não é difícil apercebermo-nos que a dimensão mais crítica é, sem dúvida, a relativa ao Agregado Familiar, não apenas porque corresponde ao valor mais elevado (média = 1,25), mas porque o rácio entre esta dimensão e qualquer uma das outras é sempre superior a 2: variando desde o mínimo de 2,8, com a Saúde, até o máximo de 15,6, com a Educação.

Os níveis de privação nas dimensões de Educação (média = 0,08), Habitação (média = 0,25) e Inserção Social (média = 0,42), não se distinguem entre as três regiões. Já o mesmo não sucede para os níveis de privação nas dimensões Agregado Familiar e Saúde ( $p < 0,001$ , para ambos), os quais seguem alinhados com os resultados globais, em que as zonas Norte e Sul registam níveis mais elevados que a zona Centro e superiores aos valores globais (1,25 no Agregado familiar e 0,44 na Saúde).

Decidimos destacar, de entre as questões apresentadas no Questionário, aquela que objectivamente é utilizada no processo de aferição da prestação de ajuda económica ao agregado familiar – “A criança é considerada “carenciada”?” – e compará-la com os vários níveis de privação.

O Quadro 10 mostra os resultados encontrados para as cinco dimensões e para o Índice de Privação. Efectivamente, comprova-se que as crianças enquadradas na categoria “carenciada” (média = 3,66) registam um nível de privação global significativamente mais elevado ( $p < 0,001$ ) que as crianças consideradas não “carenciadas” (média = 2,20).

Se é verdade que a classificação das crianças como “carenciadas” não produz diferenças significativas entre os níveis de privação das dimensões Educação, Saúde e

Inserção Social, já o mesmo não acontece nas dimensões Agregado Familiar e Habitação. Nestas últimas, as crianças “carentiadas” registam níveis de privação significativamente mais elevados: 2,37 contra 1,06 no Agregado Familiar ( $p < 0,001$ ) e 0,37 contra 0,23 na Habitação ( $p = 0,008$ ).

**Quadro 10**

**Análise das dimensões do Índice de Privação por carência**

Dimensões da Privação	Carência Média (Desvio Padrão)		Teste t de Student	
	Sim	Não	T	P
Agregado Familiar	2,37 (0,93)	1,06 (0,91)	12,3	<0,001
Educação	0,13 (0,34)	0,08 (0,27)	1,5	0,133
Saúde	0,42 (0,50)	0,44 (0,50)	-0,5	0,601
Habitação	0,37 (0,49)	0,23 (0,43)	2,7	0,008
Inserção Social	0,41 (0,51)	0,42 (0,53)	-0,3	0,803
Total	3,66 (1,36)	2,20 (1,48)	8,5	<0,001

De seguida, fazemos a análise cruzada da caracterização das crianças em função de serem “carentiadas” e com privação, comparando as três zonas, cujos resultados se apresentam no Quadro 11. Como se pode observar, metade das crianças não são “carentiadas” nem têm privação (49,6%) e apenas 12,2% são “carentiadas” com privação. Todavia, existe uma percentagem elevada de crianças (35,4%) que, considerados unicamente os aspetos económicos, não se enquadram no grupo das “carentiadas”, embora sejam classificadas como tendo privação.

Na comparação das três zonas, verificamos que este último grupo de crianças, não “carentiadas” e com privação, permite, mais uma vez, distinguir as zonas Norte e Sul da zona Centro ( $p < 0,001$ ). É precisamente na zona Centro que se regista uma percentagem mais reduzida de crianças neste grupo (26,3%), quando comparada com a percentagem das zonas Norte e Sul (41,4% e 44,1%, respetivamente). Em contrapartida, no grupo de crianças que não são “carentiadas” e não têm privação, registamos quase 60% de crianças na zona Centro e perto de 40% nas zonas Norte e Sul.

**Quadro 11**  
**Análise da privação / carência por zona**

Privação vs. Carenciado	Zonas %			Total	Teste Qui-Quadrado	
	Norte	Centro	Sul		QQ <sub>(6)/(12)</sub>	P
Nada	39,5	59,4	44,1	49,6		
Só carenciado	3,7	3,6	0,7	2,8	25,2	<0,001
Só privação	41,4	26,3	44,1	35,4		
Privação e carenciado	15,4	10,8	11,2	12,2		
Crianças com níveis de privação superiores à mediana	56,8	37,1	55,3	47,6	20,3	<0,001

Avaliando apenas a privação, os resultados anteriores confirmam-se ( $p < 0,001$ ), mostrando que as crianças com privação estão ligeiramente acima dos 50% nas zonas Norte e Sul e abaixo dos 40% na zona Centro.

#### **4.2.4. Análise dos resultados por dimensão**

A análise dos resultados foi efectuada separadamente para cada uma das questões confrontando os dois grupos de crianças: com privação e sem privação. Todavia, tendo em consideração o elevado número de questões, apresentam-se apenas os resultados daquelas em que os dois grupos diferem, ou seja, são estatisticamente diferentes, organizados por dimensão.

Num primeiro momento, a análise é feita individualmente, para cada um dos indicadores, e posteriormente apresentam-se novos resultados procurando perceber, conjuntamente, quais os indicadores que melhor predizem a privação.

##### ***i) Agregado Familiar***

O Quadro 12 apresenta, de entre os indicadores presentes na parte I do questionário, Dados Relativos ao Agregado Familiar, aqueles que se diferenciam em função da existência de privação. A constituição do agregado familiar, a escolaridade de ambos os pais/responsáveis, a dificuldade destes em pagar as contas de casa e a pobreza em termos

financeiros, formam o conjunto de indicadores que, quando analisados separadamente, distinguem as crianças com privação.

## Quadro 12

### Análise individual dos indicadores de privação relativos ao Agregado Familiar

Indicador	Privação %		Teste Qui-Quadrado	
	Sim	Não	QQ <sub>(2)</sub>	P
Agregado familiar com quatro ou mais pessoas	81,4	67,6	14,1	<0,001
Mãe/responsável com escolaridade inferior ao 3º ciclo	81,4	22,6	194,8	<0,001
Pai/ responsável com escolaridade inferior ao 3º ciclo	86,6	28,0	196,2	<0,001
Os pais/responsáveis têm dificuldade em pagar as contas	47,4	34,1	10,1	0,002
A criança é considerada como “carenciada”	25,7	5,4	45,2	<0,001

Para a análise da dimensão do agregado familiar, dicotomizou-se este indicador, considerando como ponto de corte quatro pessoas, o valor da média da dimensão do agregado familiar nas crianças com privação. Nestas condições, observou-se que a dimensão dos agregados familiares era superior no grupo de crianças com privação ( $p < 0,001$ ), de tal modo que 81,4% destas tinham um agregado familiar com quatro ou mais pessoas.

Mantendo-se o 3º ciclo como ponto de corte da escolaridade dos pais, também esta característica se apresentou como diferenciadora entre os dois grupos em confronto (ambos com  $p < 0,001$ ), visto que mais de 80% das mães e dos pais das crianças com privação apresentam escolaridades reduzidas (81,4% e 86,6%, respetivamente).

As dificuldades dos pais/responsáveis em pagar as contas da casa são mais evidentes nas crianças com privação ( $p = 0,002$ ), pois quase 50% destas as identifica. Por seu lado, o recurso financeiro mais escasso das famílias destas crianças aparece claramente diferenciado entre os dois grupos ( $p < 0,001$ ), com 25,7% das crianças com privação enquadradas no grupo dos “carenciados”.

Conclui-se, assim, que as crianças provenientes de agregados familiares mais alargados, cujos pais/responsáveis possuem escolaridades inferiores ao 3º ciclo do Ensino Básico e dificuldades em pagar as contas da casa e cujos agregados são considerados carenciados têm mais chances de terem privação.

A análise conjunta destes indicadores, apresentada no Quadro 13, permite concluir que as crianças consideradas como “carenciadas” e aquelas cujos níveis de escolaridade dos pais/responsáveis são inferiores ao 3º ciclo do Ensino Básico têm um risco acrescido de pertencerem ao grupo das crianças com privação: as consideradas como “carenciadas” têm um risco 13,5 vezes elevado de privação ( $p < 0,001$ ) e os riscos daquelas cujos pais e mães têm escolaridade mais reduzida são 10,6 e 8,5 superiores (ambos com  $p < 0,001$ ).

### Quadro 13

#### Análise conjunta dos indicadores de privação relativos ao Agregado Familiar

Indicador	B (DP)	p	Odds Ratio
Agregado familiar com quatro ou mais pessoas	0,83 (0,28)	0,003	2,30
Mãe com escolaridade inferior ao 3º ciclo	2,14 (0,26)	<0,001	8,51
Pai com escolaridade inferior ao 3º ciclo	2,36 (0,28)	<0,001	10,56
Os pais/responsáveis têm dificuldade em pagar as contas	0,32 (0,25)	0,203	1,38
A criança é considerada como “carenciada”	2,60 (0,43)	<0,001	13,52

**Nota:** R<sup>2</sup> Nagelkerke = 0,617; QQ<sub>19</sub> = 347,1;  $p < 0,001$ ; % global = 83,5.

Comparativamente, embora a dimensão do agregado familiar também seja preditiva do grupo de privação, o risco das crianças cujos agregados familiares tenham quatro ou mais pessoas pertencerem ao grupo com privação é apenas o dobro daquelas cujos agregados familiares é constituído por menos de quatro pessoas. Por sua vez, as dificuldades dos pais em pagar as contas, quando analisado conjuntamente com os restantes indicadores, não permite diferenciar os dois grupos.

#### ii) Educação

O Quadro 14 apresenta, de entre os indicadores presentes no grupo A da parte II, Dados Relativos à Criança: Escolaridade, aqueles que se diferenciam em função da existência de privação. A frequência do jardim-de-infância, as reprovações, a inexistência ou existência de ajuda, pelo pai ou pela mãe, na feitura dos TPC ou no esclarecimento de dúvidas e os hábitos de leitura, formam o conjunto de indicadores que, quando analisados separadamente, distinguem as crianças com privação.



## Quadro 14

### Análise individual dos indicadores de privação relativos à Educação

Indicador	Privação %		Teste Qui-Quadrado	
	Sim	Não	QQ <sub>(2)</sub>	P
Andou no jardim-de-infância	93,7	97,3	4,3	0,041
Já chumbou	9,3	2,4	12,7	<0,001
Ninguém ajuda a fazer os TPC ou esclarece dúvidas	14,5	3,4	22,0	<0,001
O pai ajuda a fazer os TPC ou esclarece dúvidas	39,0	55,4	15,1	<0,001
A mãe ajuda a fazer os TPC ou esclarece dúvidas	58,7	79,7	29,4	<0,001
Nunca ou raramente lê livros fora da escola	49,4	40,9	4,2	0,043

Se, por um lado, está bem patente que a ocorrência de reprovações ( $p < 0,001$ ), a inexistência de ajuda nos TPC e no esclarecimento de dúvidas ( $p < 0,001$ ) e a ausência de hábitos de leitura ( $p = 0,043$ ) são indicadores identificativos da presença de privação. Por outro, a frequência do jardim de infância ( $p = 0,041$ ) e o auxílio prestado pelos pais (ambos com  $p < 0,001$ ) coadunam-se mais com os casos em que a privação não está presente.

Embora, atualmente, a quase totalidade das crianças frequentem o jardim-de-infância, mesmo assim são as crianças sem privação que mais o frequentam (97,3% contra 93,7%). No extremo exposto surge a actual reduzida taxa de reprovações, embora consigamos encontrar 9,7% das crianças com privação com pelo menos uma reprovação.

As crianças com baixos níveis de privação são aquelas que mais auxílio parental recebem na feitura dos TPC e no esclarecimento de dúvidas: 55,4% e 79,7%, pela mãe e pelo pai, respetivamente; enquanto 14,5% das crianças com elevados níveis de privação não tem quem as ajude a fazer os TPC ou no esclarecimento de dúvidas (contra apenas 3,4% das crianças que não têm privação).

Se bem que encontremos diferenças nos hábitos de leitura fora da escola, com mais crianças em privação a nunca lerem ou lerem raramente (49,4% contra 40,9%), as mesmas são pouco relevantes.

Conclui-se, assim, que as crianças com pelo menos uma reprovação, sem hábitos de leitura e sem qualquer ajuda na realização dos TPC ou no esclarecimento de dúvidas têm um risco acrescido de terem privação. Em contrapartida, as crianças cujos pais as auxiliam nos

TPC ou no esclarecimento de dúvidas e que frequentam o jardim-de-infância afastam-se da privação.

A análise conjunta destes indicadores, apresentada no Quadro 15, permite concluir, por um lado, que as crianças que são ajudadas pelos pais a fazer os TPC ou no esclarecimento de dúvidas ( $p = 0,001$  no caso do pai e  $p < 0,001$  no caso da mãe) não têm qualquer risco de privação e, por outro, as crianças que não têm qualquer ajuda para fazer os TPC ou esclarecer dúvidas ( $p = 0,037$ ) ou que já reprovaram ( $p = 0,005$ ) têm um risco significativo de privação (2,3 e 3,6, respetivamente).

### Quadro 15

#### Análise conjunta dos indicadores de privação relativos à Educação

Indicador	B (DP)	p	Odds Ratio
Andou no jardim-de-infância	- 0,60 (0,47)	0,197	0,55
Já chumbou	1,28 (1,46)	0,005	3,61
Ninguém ajuda a fazer os TPC ou esclarece dúvidas	0,84 (0,40)	0,037	2,32
O pai ajuda a fazer os TPC ou esclarece dúvidas	- 0,62 (0,18)	0,001	0,54
A mãe ajuda a fazer os TPC ou esclarece dúvidas	- 0,85 (0,21)	<0,001	0,43
Nunca ou raramente lê livros fora da escola	0,24 (0,18)	0,180	1,27

**Nota:** R<sup>2</sup> Nagelkerke = 0,148; QQ<sub>10</sub> = 65,9;  $p < 0,001$ ; % global = 63,6.

O risco de privação surge caso os progenitores não ajudem os filhos na realização dos TPC ou no esclarecimento de dúvidas. Em contrapartida, a frequência do jardim-de-infância e os hábitos de leitura fora da escola, quando analisados conjuntamente com os restantes indicadores, não permitem diferenciar os dois grupos.

#### iii) Saúde

O Quadro 16 apresenta, de entre os indicadores presentes no grupo B da parte II, Dados Relativos à Criança: Saúde, aqueles que se diferenciam em função da existência de privação. A ida ao médico apenas quando está doente, a higiene diária relativa à lavagem dos dentes e à toma de banho e o gosto de vestir roupas melhores que aquelas que usa habitualmente, formam o conjunto de indicadores que, quando analisados separadamente, distinguem as crianças com privação.

## Quadro 16

### Análise individual dos indicadores de privação relativos à Saúde

Indicador	Privação %		Teste Qui-Quadrado	
	Sim	Não	QQ <sub>(2)</sub>	P
Vai ao médico só quando está doente	60,2	29,1	55,6	<0,001
Lava os dentes todos os dias	79,2	87,5	7,1	0,009
Gostava de vestir roupas melhores que as que usa	40,5	21,3	24,6	<0,001
Toma banho todos os dias	55,4	64,9	5,3	0,025

As rotinas higiênicas diárias, nomeadamente a lavagem dos dentes ( $p = 0,009$ ) e a toma de banho ( $p = 0,025$ ), são indicadores da ausência de privação. Em contrapartida, as crianças com privação manifestam, em maior proporção, que apenas vão ao médico quando estão doentes ( $p < 0,001$ ) e que gostavam de vestir roupas melhores que aquelas que usam ( $p < 0,001$ ).

Na sua larguíssima maioria as crianças lavam os dentes todos os dias, embora registemos uma percentagem menos elevada nas crianças com privação (79,2% contra 87,5%). No que concerne aos banhos diários, ambos os valores se reduzem, embora mantendo-se diferentes: 55,4% com privação e 64,9% sem privação.

As diferenças mais relevantes encontram-se nos indicadores favoráveis à privação, pois verificamos que são duas vezes mais as crianças com privação que se dirigem ao médico apenas quando estão doentes (60,2%) e que gostavam de vestir roupas melhores que as que usam (40,5%).

Conclui-se, assim, que as crianças que vão ao médico apenas quando estão doentes e que gostavam de vestir roupas melhores que as que usam têm mais chances de terem privação. Em contrapartida, as crianças que lavam os dentes e tomam banho todos os dias têm mais chances de não terem privação.

A análise conjunta destes indicadores, apresentada no Quadro 17, permite concluir que as crianças que vão ao médico apenas quando estão doentes ( $p < 0,001$ ) e que gostavam de vestir roupas melhores que as que usam ( $p < 0,001$ ) têm um risco, 3,4 e 2,2 vezes, respetivamente, mais elevado de privação.

## Quadro 17

### Análise conjunta dos indicadores de privação relativos à Saúde

Indicador	B (DP)	p	Odds Ratio
Vai ao médico só quando está doente	1,23 (0,18)	<0,001	3,42
Lava os dentes todos os dias	- 0,42 (0,25)	0,096	0,66
Gostava de vestir roupas melhores que as que usa	0,84 (0,20)	<0,001	2,23
Toma banho todos os dias	- 0,15 (0,19)	0,429	0,86

**Nota:** R<sup>2</sup> Nagelkerke = 0,174; QQ<sub>(4)</sub> = 79,0; p < 0,001; % global = 65,7.

Em contrapartida, as rotinas de higiene diária, lavar os dentes e tomar banho, quando analisados conjuntamente com os restantes indicadores, não permitem diferenciar os dois grupos.

#### iv) Habitação

O Quadro 18 apresenta, de entre os indicadores presentes no grupo C da parte II, Dados Relativos à Criança: Habitação, aqueles que se diferenciam em função da existência de privação. O tipo de habitação, a quantidade de bens existentes na respectiva residência e o facto das crianças dormirem sozinhas, formam o conjunto de indicadores que, quando analisados separadamente, distinguem as crianças com privação.

## Quadro 18

### Análise individual dos indicadores de privação relativos à Habitação

Indicador	Pruvação %		Teste Qui- Quadrado	
	Sim	Não	QQ <sub>(2)</sub>	P
A casa em que vive é andar/apartamento (não é vivenda)	15,0	32,2	22,6	<0,001
Existem em casa mais de três bens (entre os indicados)	61,3	93,2	83,7	<0,001
Dorme sozinho	61,3	75,6	13,3	<0 001

Para o conjunto de categorias propostas como diferenciadoras do tipo de habitação apenas foram apontadas duas delas: andar/apartamento e vivenda. Por esta razão, estas foram as duas contrastadas na nossa análise.

Todos os três indicadores se comportam como indicadores da ausência de privação: o tipo de habitação ( $p < 0,001$ ), se nela existem mais de três bens ( $p < 0,001$ ) e se as crianças dormem sós ( $p < 0,001$ ).

Das crianças cujos níveis de privação são mais reduzidos, 32,2% residem num andar/apartamento (contra 15,0%), 93,2% possuem na habitação mais de três bens (contra 61,3%) e 75,6% dormem sozinhos (contra 61,3%).

Conclui-se, assim, que as crianças que vivem em andar/apartamento, em cuja habitação existem mais de três bens e que dormem sozinhos têm mais chances de não terem privação.

A análise conjunta destes indicadores, apresentada no Quadro 19, permite concluir que a quantidade de bens existentes em casa ( $p < 0,001$ ), o tipo de habitação ser andar/apartamento ( $p < 0,001$ ) e as crianças dormirem sozinhos ( $p = 0,001$ ) têm um menor risco de privação.

### Quadro 19

#### Análise conjunta dos indicadores de privação relativos à Habitação

Indicador	B (DP)	p	Odds Ratio
A casa em que vive é andar/apartamento (não é vivenda)	- 0,96 (0,23)	<0,001	0,38
Existem em casa mais de três bens (entre os indicados)	- 2,17 (0,27)	<0,001	0,11
Dorme sozinho	- 0,65 (0,20)	0,001	0,52

**Nota:** R<sup>2</sup> Nagelkerke = 0,249; QQ<sub>0,95</sub> = 115,8;  $p < 0,001$ ; % global = 67,5.

#### v) Inserção Social

O Quadro 20 apresenta, de entre os indicadores presentes no grupo D da parte II, Dados Relativos à Criança: Inserção, e nesta apenas o grupo D1, Rotinas de Vida, aqueles que se diferenciam em função da existência de privação. Algumas das actividades nos tempos livres fora do ATL, nomeadamente as práticas desportiva e a musical, o local das férias, seja em casa, na praia, na província e no estrangeiro, e as saídas no último mês, como a ida ao cinema ou ao restaurante, formam o conjunto de indicadores que, quando analisados separadamente, distinguem as crianças com privação.

## Quadro 20

### Análise individual dos indicadores de privação relativos à Inserção Social

Indicador	Privação %		Teste Qui-Quadrado	
	Sim	Não	QQ <sub>(2)</sub>	P
Actividade nos tempos livres fora do ATL: desporto	35,3	47,6	8,8	0,004
Actividade nos tempos livres fora do ATL: música	11,9	20,3	7,3	0,008
Fica em casa nas férias	58,4	19,3	91,6	<0,001
Vai para a praia nas férias	38,7	72,0	63,4	<0,001
Vai para a província nas férias	3,3	9,5	8,6	0,004
Vai para o estrangeiro nas férias	2,6	15,2	26,8	<0,001
Foi ao cinema no último mês	13,8	29,1	19,4	<0,001
Foi ao restaurante no último mês	47,2	67,2	23,1	<0,001

A prática desportiva e musical nos tempos livres fora do ATL ( $p = 0,004$  e  $p = 0,008$ , respetivamente), a saída de casa em tempo de férias, para a praia ( $p < 0,001$ ), para a província ( $p = 0,004$ ) ou para o estrangeiro ( $p < 0,001$ ), as idas ao cinema ( $p < 0,001$ ) e ao restaurante ( $p < 0,001$ ) no último mês, são indicadores da ausência de privação. Por sua vez, ficar em casa nas férias ( $p < 0,001$ ) é indicador de privação.

São em maior percentagem as crianças sem privação que praticam desporto (47,6% contra 35,3%) e música (20,3% contra 11,9%) nos tempos livres fora do ATL. O mesmo acontece quando analisamos as saídas para ir ao cinema ou ao restaurante, 29,1% (contra 13,8%) e 67,2% (contra 47,2%), respetivamente.

Ficar em casa nas férias é uma característica das crianças com privação, referida por 58,4%, enquanto apenas 19,3% das crianças sem privação ficam em casa. Embora 38,7% das crianças com privação tenham oportunidade de passar férias na praia, esta percentagem sobe para 72,0% nas crianças sem privação. Apenas residualmente as crianças com privação têm como destino de férias a província ou o estrangeiro, embora as percentagens subam para 9,5% e 15,2%, respetivamente, nas crianças sem privação.

As saídas para ir ao cinema ou ao restaurante são mais frequentes nas crianças sem privação, pois 29,1% (contra 13,8%) referem ter ido ao cinema e 67,2% (contra 47,2%) referem ter ido ao restaurante no último mês.

Conclui-se, assim, que as crianças que praticam desporto e música fora do ATL, que saem para férias e que saem para ir ao cinema e ao restaurante têm mais chances de não

terem privação. Por seu lado, as crianças que ficam em casa nas férias têm um risco acrescido de terem privação.

A análise conjunta destes indicadores, apresentada no Quadro 21, permite concluir que as crianças que vão de férias para o estrangeiro ( $p = 0,022$ ) e que vão ao cinema ( $p = 0,002$ ) ou ao restaurante ( $p = 0,001$ ) têm menos chances de privação, enquanto as crianças que ficam em casa nas férias ( $p = 0,050$ ) têm maior risco de privação.

### Quadro 21

#### Análise conjunta dos indicadores de privação relativos à Inserção Social

Indicador	B (DP)	p	Odds Ratio
Actividade nos tempos livres fora do ATL: desporto	- 0,24 (0,20)	0,220	0,79
Actividade nos tempos livres fora do ATL: música	- 0,40 (0,26)	0,124	0,67
Fica em casa nas férias	1,17 (0,59)	0,050	3,21
Vai para a praia nas férias	- 0,36 (0,56)	0,521	0,70
Vai para a província nas férias	- 0,35 (0,49)	0,471	0,70
Vai para o estrangeiro nas férias	- 1,12 (0,49)	0,022	0,33
Foi ao cinema no último mês	- 0,76 (0,24)	0,002	0,47
Foi ao restaurante no último mês	- 0,65 (0,20)	0,001	0,52

**Nota:** R<sup>2</sup> Nagelkerke = 0,282; QQ<sub>95</sub> = 132,2;  $p < 0,001$ ; % global = 71,3.

Em contrapartida, as actividades nos tempos livres fora do ATL, como a prática de desporto e de música, assim como a ida para a praia e província nas férias quando analisados conjuntamente com os restantes indicadores, não permitem diferenciar os dois grupos.

#### vi) Conclusão

Por fim, confrontaram-se os indicadores que, observados, em cada uma das dimensões permitiam diferenciar os dois grupos. De modo a reduzir o número de indicadores apenas se consideraram os mais significativos, ou seja, aqueles cujo nível de significância é inferior a 0,01. Ficamos, então, com os catorze indicadores que, nas respectivas dimensões, melhor definem a privação.

Desta última análise conjunta, cujos resultados são apresentados no Quadro 22, considerando todos os indicadores, verifica-se que metade deles deixam de ser significativos.

São os casos da dimensão do agregado familiar, na dimensão com o mesmo nome, a reprovação e a ajuda do pai a fazer os TPC e no esclarecimento de dúvidas, na dimensão Educação, o gosto por vestir roupas melhores que as que habitualmente usam, na dimensão Saúde, o tipo de casa em que se vive o facto de dormirem sozinhos, na dimensão Habitação, e, finalmente, a ida ao restaurante no último mês, na dimensão Inserção Social.

## Quadro 22

### Análise conjunta dos indicadores mais significativos

<b>Indicador</b>	<b>B (DP)</b>	<b>p</b>	<b>Odds Ratio</b>
Agregado familiar com quatro ou mais pessoas	0,51 (0,42)	0,229	1,66
Mãe com escolaridade inferior ao 3º ciclo	3,47 (0,50)	<0,001	32,15
Pai com escolaridade inferior ao 3º ciclo	4,14 (0,54)	<0,001	62,66
A criança é considerada como “carenciada”	3,72 (0,68)	<0,001	41,21
Já chumbou	0,86 (0,75)	0,250	2,36
O pai ajuda a fazer os TPC ou esclarece dúvidas	- 0,28 (0,36)	0,419	0,76
A mãe ajuda a fazer os TPC ou esclarece dúvidas	- 0,98 (0,38)	0,009	0,38
Vai ao médico só quando está doente	3,49 (0,49)	<0,001	32,69
Gostava de vestir roupas melhores que as que usa	0,67 (0,38)	0,075	1,95
A casa em que vive é andar/apartamento (não é vivenda)	- 0,36 (0,43)	0,408	0,70
Existem em casa mais de três bens (entre os indicados)	- 4,40 (0,61)	<0,001	0,01
Dorme sozinho	- 0,52 (0,38)	0,168	0,59
Foi ao cinema no último mês	- 1,12 (6,06)	0,014	0,33
Foi ao restaurante no último mês	- 0,54 (0,36)	0,135	0,58

**Nota:** R<sup>2</sup> Nagelkerke = 0,834; QQ<sub>(14)</sub> = 549,6; p < 0,001; % global = 92,0.

Restam sete indicadores que permitem definir a privação. Na dimensão Agregado Familiar, são os reduzidos níveis de escolaridade dos pais/responsáveis (ambos, pai e mãe, com p < 0,001) e considerar a criança como “carenciada” que melhor definem a privação. Já nas restantes dimensões, os indicadores que melhor definem a privação, em cada uma delas, ficam reduzidos a um só: a mãe não ajudar a fazer os TPC ou esclarecer dúvidas (p = 0,009), a ida ao médico só quando está doente (p < 0,001), a existência de poucos bens em casa (p < 0,001) e a não ida ao cinema no último mês (p = 0,014).

Assim, com base nestes últimos resultados, mostramos no Quadro 23, as variáveis e os limiares de privação finais que, de acordo com os resultados obtidos na nossa amostra, melhor caracterizam as crianças com privação no concelho de Barcelos.



**Quadro 23**  
**Indicadores de privação**

Dimensão/Variável	Limiar de Privação
<b>Agregado Familiar</b>	
Nível de escolaridade da mãe/responsável:	< 3º Ciclo
Nível de escolaridade da pai/responsável:	< 3º Ciclo
A criança é considerada como “carenciada”?	Sim
<b>Educação</b>	
A mãe ajuda a fazer o TPC ou esclarece-te dúvidas?	Não
<b>Saúde</b>	
Costumas ir ao médico só quando estás doente?	Sim
<b>Habitação</b>	
Dos bens que se seguem, diz quantos existem a tua casa:	< 4
<b>Inserção Social</b>	
Foste ao cinema no último mês?	Não

Comparativamente com o Quadro 7, a partir do qual foi construído o Índice de Privação utilizado na nossa análise, para além da redução de 12 para 7 no número de indicadores, verificamos as diferenças seguintes:

- Na dimensão Agregado Familiar, apenas desaparece o indicador relativo ao número de irmãos;
- Na dimensão Educação, desaparece a questão relativa às reprovações e é reorientada a questão sobre a ajuda na feitura dos TPC ou no esclarecimento de dúvidas;
- Na dimensão Saúde, desaparece a questão relativa a ter comida em casa quando tem fome;
- Na dimensão Habitação, desaparece a questão relativa ao tipo de habitação;
- Na dimensão Inserção Social, as questões referentes às actividades nos tempos livres fora do ATL e o destino de férias são substituídas unicamente pela ida ao cinema no último mês.

### 4.3. Discussão

A análise das condições de vida das crianças do concelho de Barcelos, efetuada nos pontos anteriores, permitiu constatar um conjunto de indicadores que afetam o seu bem-estar e, conseqüentemente, comprometem as suas oportunidades de desenvolvimento e crescimento.

Partindo do diagnóstico efetuado, verificamos que a família constitui ser um elemento crucial para o bem-estar das crianças, atendendo a que desempenha um papel importante em diferentes áreas como nos cuidados de saúde, no acompanhamento nos TPC, na alimentação e no bem-estar. Porém, verificamos que este apoio é distinto entre os grupos de crianças, nomeadamente entre as crianças em privação e as crianças sem privação.

Especificamente nas crianças em privação verificamos:

- 1) Agregado familiar: apresenta um número mais elevado de elementos ao nível da composição familiar, menor número de veículos e as mães/responsáveis deste grupo revelam ser as que menos têm tido trabalho último ano.
- 2) Educação: que apresentam na sua generalidade menor acompanhamento escolar e falta de hábitos de leitura; a maioria dos pais destas crianças não possui o ensino obrigatório. Os hábitos culturais são reduzidos atendendo as reduzidas idas ao cinema ou teatro e, por isso, a criança sente-se menos motivada para aprender.
- 3) Saúde: apresentam poucos hábitos de acompanhamento médico, verificando-se apenas quando é necessário, assim como tomam menos banhos semanais.
- 4) Habitação: apresentam uma maior divisão do quarto com outros elementos da família e a composição do agregado familiar é maior, embora apresentem todos os equipamentos básicos, dispõem de menos equipamentos e menor variedade de brinquedos. As crianças deste grupo demonstram também uma maior percepção das dificuldades financeiras do agregado familiar.
- 5) Inserção Social: os hábitos culturais dos pais destas crianças influenciam os tempos livres destas crianças pois raramente vão ao cinema ou teatro e, nas férias ficam, habitualmente em casa. Encontram-se ainda envolvidas na sua esmagadora maioria em apenas uma actividade nomeadamente a catequese.

Considerando agora as hipóteses definidas para este estudo, os resultados confirmam que as crianças possuem níveis de privação diferentes consoante a sua área de residência (Hipótese 1). Os resultados revelam que são as crianças da zona Norte e Sul que registam valores mais elevados de privação. Confirmamos assim que os locais com menores oportunidades de acesso a serviços, equipamentos sociais, respostas ao nível da inserção formativa e profissional e escassa rede de transportes colectivos concorrem positivamente para a presença do estado de privação. Contrapondo com a zona Centro, que apresenta um maior número de respostas face às necessidades das crianças e seus agregados e, por conseguinte, uma menor incidência de privação.

Outra das hipóteses que se confirma neste estudo é que a privação das crianças não deve ser definida somente pelas condições financeiras do agregado familiar (Hipótese 2), uma vez que se constatou que há muitas crianças em situação de privação que não foram identificadas como “carenciadas” pela escola. Tal como refere Sen (2000), a pobreza traduz-se na privação de capacidades básicas e direitos dos indivíduos, e não meramente na ausência de oportunidades, o que frequentemente define a pobreza. Verificamos no nosso estudo que as crianças com privação apresentam transversalmente situações de privação ao nível da dimensão do agregado familiar (mais elevado) do espaço habitacional (desadequada face ao número de elementos do agregado familiar), da saúde (preocupação com a saúde apenas em situações de urgência), da educação (baixa escolaridade), da inserção social (reduzido envolvimento em atividades extra curriculares).

Por último, este estudo evidencia-nos a existência de indicadores relacionados com as dimensões agregado familiar, educação, saúde, habitação e inserção social que são explicativas dos estados de privação das crianças, como é o caso da composição e escolaridade do agregado familiar/responsáveis pela criança, o acompanhamento médico apenas em situações necessárias, a reduzida participação em actividades extra curriculares, existência de pouco bens em casa e limitado acompanhamento nos TPC ou falta de hábitos de leitura (Hipótese 3), e que vai de encontro à reflexão efetuada nos pontos 2.3 e 2.4 desta tese. Verificamos assim que a privação dos recursos necessários a garantir e preservar a dignidade da pessoa, retira a possibilidade do pleno desenvolvimento da personalidade da pessoa.

De uma maneira geral, podemos afirmar que os resultados obtidos pelo questionário estão de acordo com a reflexão efetuada no capítulo 2. Constatase que, de acordo com a amostra, a pobreza infantil parece estar associada aos cinco domínios de privação: agregado familiar, educação, saúde, habitação e inserção social, tal como referem Bastos e seus colaboradores (2008).

## **CONCLUSÃO**

A pobreza infantil é um problema complexo, dada a sua dimensão e consequências. Tem sido crescente o interesse pelo estudo do fenómeno, seja do ponto de vista académico seja no contexto das prioridades políticas. Este interesse também se comprova pelo que podemos constatar ao longo desta dissertação. As dimensões de pobreza infantil interligam-se e são muito díspares em termos de conhecimentos e exigem saberes de diversas áreas, como economia, serviço social, psicologia, biologia, medicina e tantas outras. Além disso, é difícil definir a criança pobre e é necessário aperfeiçoar o conceito de pobreza infantil, associado ao cumprimento dos Direitos da Criança e ao conceito de pobreza relativa. É necessário torná-lo mais simples e mais facilmente compreendido por todos os atores sociais e políticos.

Partindo do principal objetivo desta dissertação, a análise das condições de vida das crianças do concelho de Barcelos, podemos identificar alguns dos fatores que afetam negativamente o seu bem-estar e, conseqüentemente, o seu crescimento. A investigação desenvolvida inseriu-se num quadro mais geral da pobreza, pois os estudos empíricos no âmbito da pobreza infantil ainda são escassos, até porque os dados estatísticos existentes são muito reduzidos.

Esta dissertação realizou assim uma primeira abordagem ao tema da pobreza em geral, atendendo os vários modelos e teorias que a procuram explicar.

O capítulo seguinte forneceu um conjunto de elementos que possibilitaram o estudo independente da pobreza infantil. Partindo do conceito pioneiro de Townsend (1979) e dos estudos já efetuados por Bastos, Fernandes, Passos & Malho (2008) e Bastos (2010), que identificam a pobreza infantil como um estado de privação a cinco níveis: agregado familiar, educação, saúde, habitação e inserção social, a investigação empírica diz-nos que a falta de rendimento não explica na sua totalidade a pobreza infantil, uma vez que não diz respeito às crianças mas aos seus pais.

A investigação efetuada comprovou, à semelhança dos estudos referidos, que a pobreza infantil se traduz num conjunto de carências nos níveis acima mencionados. Assim, a investigação empírica comprovou que:

- A pobreza é um estado de privação a cinco níveis – agregado familiar, educação, saúde, habitação e inserção social;
- A dimensão da composição do agregado familiar afeta o bem-estar das crianças;
- Existe uma elevada percentagem de crianças com níveis elevados de privação;
- As crianças privadas apresentam baixos níveis de leitura e de acompanhamento familiar nas tarefas escolares;
- As crianças privadas encontram-se envolvidas num reduzido número de atividades extra curriculares.

Não se pretende, com as conclusões obtidas, extravasar à população mas espera-se que constitua um ponto de partida para trabalhos futuros. Partindo ainda do diagnóstico efetuado, pretende-se ainda apresentar algumas sugestões orientadoras de políticas de intervenção na área da pobreza infantil que, no nosso entender, poderão constituir um sustentável base de trabalho ao próximo plano de desenvolvimento social concelhio. Assim, propomos:

- A promoção de hábitos de leitura e de visitas de estudo;
- Alargamento do número de vagas para as colónias de férias;
- Existência de apoio psicológico e psicopedagógico ajustado às necessidades e em local reservado;
- Alargamento das atividades de ocupação dos tempos livres por freguesias;
- As reuniões das escolas sejam ajustadas ao horário do emprego dos pais;
- Criação de um observatório concelhio que reúna informação sobre as crianças em articulação com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens;
- Alargamento da rede de transportes públicos;

- Aproximação intergeracional mediante realização de atividades lúdicas e artesanais;
- Exploração dos recursos locais.

Para finalizar, refira-se que a nossa investigação não termina com a produção deste relatório. Paralelamente, estamos a elaborar um documento mais exaustivo abordando os resultados obtidos para cada uma das zonas estudadas, bem como dos agrupamentos, colocando em confronto a larga maioria dos indicadores disponíveis no questionário. O qual, estamos certos, constituirá um elemento crucial para a definição de políticas de intervenção por parte das entidades competentes do concelho de Barcelos.

## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, A. (2009). *Para uma Sociologia da Infância*. Lisboa: ICS.
- Almeida, J., Capucha, L., Costa, A. Machado, F. Nicolau, I. & Reis, E. (1992). *Exclusão social: fatores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Alves, N. (2009). *Novos factos sobre a pobreza em Portugal*. Boletim Económico: Banco de Portugal.
- Bäckman, O. & Nilsson, A. (2007). Childhood Poverty and Labour Market Exclusion. *Arbetsrapport/Institutet för Framtidsstudier*, 13. ISBN: 978-91-85619-17-7
- Bastos, A. (1999). *Pobreza Infantil – Ensaio de Conceptualização e Medição com Aplicação a uma Zona Urbana em Portugal*. (Dissertação de doutoramento não publicada). ISEG/UTL, Lisboa.
- Bastos, A. (2010). *A pobreza infantil em Portugal: Elementos de caracterização*. In Sarmiento, M. & Veiga, F. (2010). *A pobreza das crianças: realidades, desafios, propostas*. Húmus: Vila Nova de Famalicão.
- Bastos, A., Fernandes, G., Passos, J. & Malho, M. (2008). *Um olhar sobre a pobreza infantil. Análise das condições de vida das crianças*. Coimbra: Almedina.
- Bastos, A. & Nunes, F. (2009). Child Poverty in Portugal – dimensions and Dynamics. *Childhood*, 16, pp. 67-87.
- Black, M., & Krishnajumar, A. (1998). Children in low-income, urban settings: Interventions to promote mental health and well-being. *American Psychologist*, 53, 6, 635-646. Consultado a 24 de Abril de 2011 em <http://psycnet.apa.org/index>.
- Bradshaw, J., Hoelscher, P. & Richardson, D. (2007). An index of Child Well-being in the European Union. *Social Indicators Research*, 80, pp. 133-177. Consultado a 24 de Abril de 2011 em <http://eprints.whiterose.ac.uk/1644/1/childEU.pdf>. DOI: 10.1007/s11205-006-9024-z
- Caleiras, J. (2008). Do desemprego à pobreza? Trajetórias, experiências e enfrentamentos. *Cadernos*, 2.



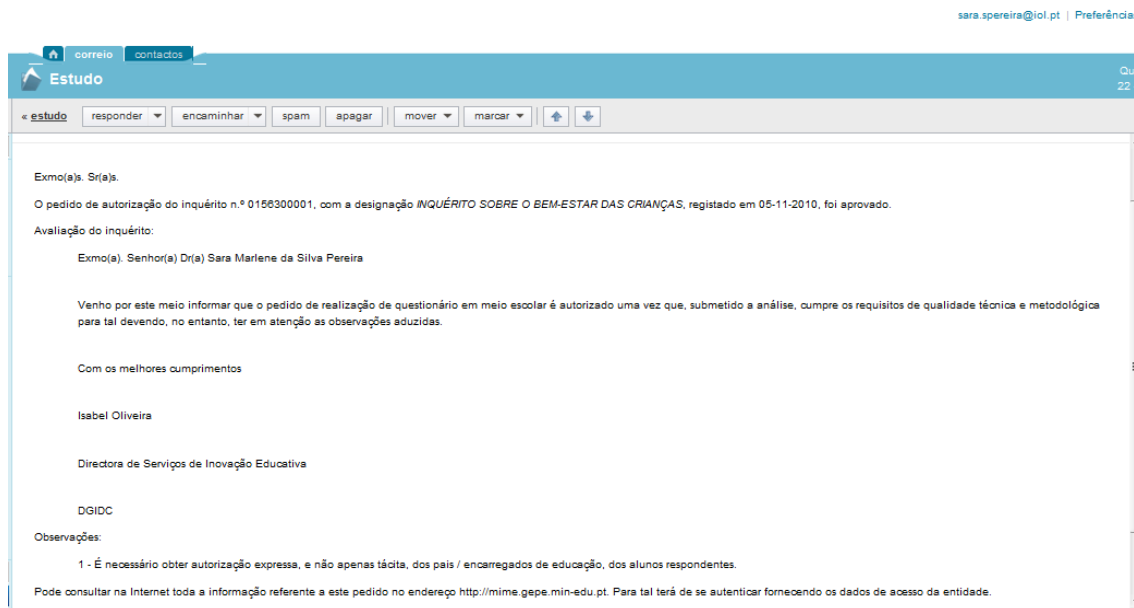
- Capucha, L. (2005). *Desafios da Pobreza*. Oeiras: Celta.
- Castel, R. (1993). *Os sem abrigo – uma lição de vida*. S.l.: Areal Editores
- Corsaro, W. (1997). *The sociology of childhood*. London: Pine Forge Press.
- Costa, A. (1984). *Conceitos de pobreza*. Estudos de Economia, Vol. IV, n.º3.
- Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Costa, A. Baptista, I., Perista, P., & Carrilho, P. (2008). *Um Olhar sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Crespo, A. & Gurovitz, E. (2002). A pobreza como um fenómeno multidimensional. Fundação Getulio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo: *RAE-eletrônica*, 1, 2. ISSN 1676-5648
- Desai, S. (1995). When are children from large families disadvantaged? Evidence from crossnational analyses. *Population Studies*, 49, 2, pp. 195-210.
- Ferreira, M. (2000). *A pobreza em Portugal na década de oitenta*. Lisboa: conselho Económico e Social.
- Ferreira, M. & Sarmiento, M. (2008). Subjectividade e bem-estar das crianças: (In)visibilidade e voz. *Revista Electrónica de Educação – Revista Bilingue do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de S. Carlos*, 28 (2).
- Gaspar, T., Matos, M., Ribeiro, J. & Leal, I. (2006). Qualidade de vida e bem-estar em crianças e adolescentes. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, vol.2, n.2, pp. 47-60. ISSN 1808-5687
- Gordon, D. & Spicker, P. (1999). *The international glossary on poverty*. London: Zed Books.
- Hoelscher, P. (2004). *A thematic study using transnational comparisons to analyse and identify what combination of policy responses are most successful in preventing and reducing high levels of child poverty*. Final Report, March 2004, submitted to the European Commission.
- Lei n.º 147/1999 de 1 de Setembro. Diário da República, 1.ª Série, n.º 204, 6115-6123.
- Misturelli, F. & Heffernan C. (2010). The concept of poverty: a synchronic perspective. *Progress in Development Studies*, 10, 1, 35-58. DOI: 10.1177/146499340901000103

- Pedersen, C., Holstein B., Kohler L. (2005). Parents' labour market participation as predictor of children's well-being: changes from 1984 to 1996 in the Nordic countries. *European Journal of Public Health*, 15, 4, pp. 431–436.
- Pereirinha, J., Bastos, A., Machado, C., Nunes, F., Fernandes, R. & Casaca, S. (2007). *Género e pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino*. Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género: Lisboa.
- REAPN. Portugal. (2008). Indicadores sobre a Pobreza: Portugal e União Europeia. Porto
- Sarmiento, M. & Veiga, F. (2010). *A pobreza das crianças: realidades, desafios, propostas*. Húmus: Vila Nova de Famalicão.
- Sen, A. (1989). Development as Capabilities Expansion. *Journal of Development Planning*, 1, pp. 41-58.
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento e Liberdade*. Planeta Colombiana Editorial S.A: Santafé de Bogotá.
- Sinfield, A. & Pedersen, A. (2006). *Child poverty - A persisting challenge*. European Journal of Social Security, 8, 3, pp. 229-234
- Silva, M. (1992). *Child Poverty and Deprivation in Portugal: a national case study*. Unicef: Florença.
- Sumner, A. (2003). *Economic and non-economic wellbeing: A review of the progress on the meaning and measurement of poverty*. Comunicação apresentada na “Inequality, Poverty and Human Well-Being”, Helsinki.
- UNICEF. (2007). Child poverty in perspective: An overview of child well-being in rich countries. *Innocenti Report Card*, 7. Florence: UNICEF, Innocenti Research Centre.
- UNICEF. (2007). A pobreza infantil nos países ricos 2005. *Innocenti Report Card*, 6. Florence: UNICEF, Innocenti Research Centre.
- Wordsworth, D., McPeak, M. & Feeny, T. (2005.). *Understanding Children's Experience of Poverty: An Introduction to the DEV Framework*. Working Paper 1. CCF: A Member of ChildFund International.

## **ANEXOS**

# ANEXO I

## AUTORIZAÇÃO SOLICITADA À DIREÇÃO GERAL DE INOVAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO CURRICULAR



## **ANEXO II**

### **CONTATO COM DIRETORES DE ESCOLA**



Universidade do Minho

Ex.mo/a Sr./a Director/a do  
Agrupamento de Escolas de...

26 de Novembro de 2010

Assunto: Aplicação de questionários a alunos da turma

Ex.mo/a Sr./a Director/a

No âmbito da minha dissertação de Mestrado em Estudos da Criança – Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, promovido pela Universidade do Minho, Braga, estou a desenvolver um trabalho de investigação, no concelho de Barcelos, à semelhança do trabalho “Um olhar sobre a pobreza infantil” desenvolvido pela Professora Amélia Bastos e pelos seus colegas Graça Leão Fernandes, José Passos e Maria João Malho, onde efectuem uma análise sobre as condições de vida das crianças dos concelhos de Amadora, Cascais, Lisboa, Loures, Odivelas e Oeiras.

Para tal, venho por este meio solicitar junto de V. Excia a Aplicação do Inquérito ANÁLISE SOBRE O BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS, cujo pedido de autorização, solicitado junto do DGIDC, foi aprovado (conforme documento anexo), junto de crianças que frequentam o 3.º ano e o 4.º ano. Os questionários são anónimos e confidenciais.

A participação de todos/as os/as alunos/as é de grande importância para o sucesso deste estudo.

De V. Exa  
Atentamente,

---

Sara Pereira

# ANEXO III

## PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO



Universidade do Minho

### A DEVOLVER À ESCOLA

Eu \_\_\_\_\_ encarregado de educação do aluno  
\_\_\_\_\_  autorizo

não autorizo

que o mesmo participe no preenchimento do Inquérito *ANÁLISE SOBRE O BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS*. Os questionários são **anónimos, confidenciais** e serão para uso exclusivo da investigadora, Sara Pereira, no âmbito da sua dissertação do Mestrado Estudos da Criança – Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias.

Mais se informa que a Escola tem conhecimento da aplicação do inquérito, cujos destinatários são crianças que frequentam o 3.º ano e 4.º ano.

A assinatura do Encarregado de Educação

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**ANEXO IV**  
**QUESTIONÁRIO**

<b>INQUÉRITO SOBRE O BEM-ESTAR DAS CRIANÇAS</b>			
Sexo    F <input type="radio"/> M <input type="radio"/>			
I – DADOS RELATIVOS AO AGREGADO FAMILIAR			
1.1. Com quem vives?			
Ambos os pais	<input type="radio"/>	Só com o pai	<input type="radio"/>
Só com a mãe	<input type="radio"/>	Com o pai e a madrasta	<input type="radio"/>
Com outros familiares	<input type="radio"/>	Com a mãe e o padrasto	<input type="radio"/>
Com outras pessoas	<input type="radio"/>		
1.2. Quantos irmãos tens?		1.3. Quantos irmãos vivem contigo?	
1.4. Qual a tua idade?			
1.5. E a dos teus irmãos			

As questões 1.5. a 1.9. são preenchidas pelo entrevistador de acordo com a informação dada pela escola

1.5. Nível de escolaridade da mãe / responsável		1.6. Nível de escolaridade do pai / responsável	
Não sabe ler/escrever	<input type="radio"/>	Não sabe ler/escrever	<input type="radio"/>
1.º Ciclo	<input type="radio"/>	1.º Ciclo	<input type="radio"/>
2.º Ciclo	<input type="radio"/>	2.º Ciclo	<input type="radio"/>
3.º Ciclo	<input type="radio"/>	3.º Ciclo	<input type="radio"/>
Ensino Secundário	<input type="radio"/>	Ensino Secundário	<input type="radio"/>
Ensino Superior	<input type="radio"/>	Ensino Superior	<input type="radio"/>
1.7. Qual é a profissão da mãe/ responsável (fem.)?			
1.8. Qual é a profissão do pai / responsável (masc.)?			
1.9. A criança é considerada como "carenciada"?		<b>Sim</b> <input type="radio"/>	<b>Não</b> <input type="radio"/>

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
1.10. A tua mãe / responsável (fem.) tem tido trabalho durante o último ano?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.11. O teu pai / responsável (masc.) tem tido trabalho durante o último ano?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.12. Achas que os teus pais/responsáveis têm dificuldades em pagar as contas de casa?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
1.13. No Inverno tens frio dentro da sala de aula?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



1.14. Em casa ajudas:						
Na limpeza e arrumação da casa	<input type="radio"/>	No cuidar dos teus irmãos	<input type="radio"/>			
Na preparação das refeições	<input type="radio"/>	Na profissão dos teus pais	<input type="radio"/>			
1.15. Quantos veículos têm os adultos que vivem em tua casa?	0	1	2	3	4	5
	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

## II – DADOS RELATIVOS À CRIANÇA

### A - ESCOLARIDADE

2.1. Andaste no jardim-de-infância?	<b>Sim</b>	<input type="radio"/>	<b>Não</b>	<input type="radio"/>			
2.2. Em que ano estás?	3.º ano	<input type="radio"/>	4.º ano	<input type="radio"/>			
2.3. Quantas vezes já chumbaste?	0	<input type="radio"/>	1	<input type="radio"/>	2	<input type="radio"/>	
2.4. Quem te ajuda a fazer o T.P.C. ou te esclarece dúvidas?							
Ninguém	<input type="radio"/>	O teu pai	<input type="radio"/>	A tua mãe	<input type="radio"/>	Outros	<input type="radio"/>
				<b>Sim</b>	<b>Não</b>		
2.5. Achas que os teus pais gostam que tu estudes?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>					
2.6. Gostas de aprender?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>					
2.7. Gostas da tua escola?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>					
2.8. No Inverno tens frio dentro da sala de aula?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>					
2.9. Qual o espaço da tua escola que gostas mais? ( <b>escolhe só uma</b> )							
Sala de aula	<input type="radio"/>	Recreio	<input type="radio"/>	Biblioteca	<input type="radio"/>	Refeitório	<input type="radio"/>

### B - SAÚDE

	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
2.10. Costumas ir ao médico só quando estás doente?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.11. Já foste alguma vez ao dentista?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.12. Lavas os dentes todos os dias?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.13. Quando tens fome, normalmente há comida em casa?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.14. Achas que a roupa que usas é suficiente para te proteger do frio?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

							Sim	Não
2.15. Gostarias de vestir roupas melhores do que aquelas que normalmente usas?							<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.16. Gostas de viver no teu bairro?							<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.17. Sentes-te feliz com a vida que tens?							<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.18. Quantas vezes tomas banho por semana?								
Uma vez	<input type="radio"/>	Duas vezes	<input type="radio"/>	Três vezes	<input type="radio"/>	Todos os dias	<input type="radio"/>	
2.19. Das refeições que se seguem, quais fazes fora de casa?								
Pequeno-almoço	<input type="radio"/>	Almoço	<input type="radio"/>	Lanche	<input type="radio"/>	Jantar	<input type="radio"/>	
2.20. O quem comeste hoje ao pequeno-almoço?								
Leite / iogurte	<input type="radio"/>	Ovos	<input type="radio"/>	Fruta	<input type="radio"/>	Cereais	<input type="radio"/>	
Pão	<input type="radio"/>	Sumo	<input type="radio"/>	Bolachas	<input type="radio"/>	Nada	<input type="radio"/>	
2.21. E ao jantar de ontem?								
Sopa	<input type="radio"/>	Bolachas	<input type="radio"/>	Carne / Peixe / Ovos		<input type="radio"/>		
Pão	<input type="radio"/>	Arroz/Massa / Batata	<input type="radio"/>	Fruta / Doce		<input type="radio"/>		

### C - HABITAÇÃO

2.22. A casa onde vives é:										
Barraca	<input type="radio"/>	Andar/ apartamento	<input type="radio"/>	Vivenda	<input type="radio"/>	Casa em bairro de realojamento			<input type="radio"/>	
2.23. Quantos quartos tem a tua casa?				1	2	3	4	5	6	7
				<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.24. Dos bens que se seguem, diz quantos existem em tua casa:										
Vídeo	<input type="radio"/>	Computador	<input type="radio"/>	Telemóvel			<input type="radio"/>			
Câmara de filmar	<input type="radio"/>	Telefone fixo	<input type="radio"/>	DVD			<input type="radio"/>			
2.25. Onde dormes?			Quarto	<input type="radio"/>	Outro			<input type="radio"/>		
2.26. Com quem dormes?										
Sozinho(a)			<input type="radio"/>	Com outros familiares			<input type="radio"/>			
Com irmãos			<input type="radio"/>	Com outras pessoas			<input type="radio"/>			
2.27. Ao pé da tua casa há algum jardim?					Sim	<input type="radio"/>	Não	<input type="radio"/>		

## D – INSERÇÃO SOCIAL

### D1 – ROTINAS DE VIDA

2.28. Nos dias da escola a que horas costumás ir para a cama?						
20h30- 22h00	<input type="radio"/>	22h00 – 23h30	<input type="radio"/>	Depois das 23h30	<input type="radio"/>	
2.29. Nos dias de escola a que horas te costumás levantar?						
06h00-07h00	<input type="radio"/>	07h00 – 08h30	<input type="radio"/>	Depois das 08h30	<input type="radio"/>	
					<b>Sim</b>	<b>Não</b>
2.30. Depois da escola vais para o ATL (actividades de tempos livres)?					<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.31. O ATL é na escola?					<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.32. Depois da escola vais logo para casa?					<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.33. Aos fins-de-semana costumás sair para casa de amigos ou familiares que residem fora do teu bairro?					<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.34. Aos fins-de-semana é hábito ires às compras com os teus pais?					<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.35. Nos teus tempos livres tens alguma das actividades que se seguem fora do ATL?						
Desporto	<input type="radio"/>	Inglês	<input type="radio"/>	Música	<input type="radio"/>	
Escutismo	<input type="radio"/>	Catequese	<input type="radio"/>	Outra	<input type="radio"/>	
2.36. E nas férias, para onde costumás ir?						
Fico em casa	<input type="radio"/>	Vou para a praia	<input type="radio"/>	Vou para a província	<input type="radio"/>	
2.37. No último mês lembras-te de ter ido?						
Ao cinema	<input type="radio"/>	Ao teatro/ circo	<input type="radio"/>	Ao restaurante	<input type="radio"/>	
2.38. Para além das saídas com a escola, já visitaste?						
Museus	<input type="radio"/>	Quinta pedagógica	<input type="radio"/>	Monumento	<input type="radio"/>	
Parque das Nações	<input type="radio"/>	Jardim Zoológico	<input type="radio"/>			
2.39. Fora da escola costumás ler livros?						
Nunca	<input type="radio"/>	Raramente	<input type="radio"/>	Várias vezes por semana	<input type="radio"/>	

## D2 – INDEPENDÊNCIA DA MOBILIDADE

2.40. Com quem vens para a escola?			
Sozinho (a)	<input type="radio"/>	Com outros familiares	<input type="radio"/>
Com o pai /mãe / responsável	<input type="radio"/>	Com colegas da escola	<input type="radio"/>
Com outras pessoas	<input type="radio"/>		
2.41. Como vens para a escola?			
A pé	<input type="radio"/>	De carro	<input type="radio"/>
De transporte público	<input type="radio"/>	De carrinha da escola	<input type="radio"/>
2.42. Quem te vem buscar?			
Ninguém	<input type="radio"/>	Outros familiares	<input type="radio"/>
O pai /mãe / responsável	<input type="radio"/>	Outras pessoas	<input type="radio"/>
2.43. Vais para casa:			
A pé	<input type="radio"/>	De carro	<input type="radio"/>
De transporte público	<input type="radio"/>	De carrinha da escola	<input type="radio"/>
2.44. Tens amigos da escola a viver perto da tua casa?	<b>Sim</b>	<input type="radio"/>	<b>Não</b> <input type="radio"/>
2.45. Brincas com eles?	<b>Sim</b>	<input type="radio"/>	<b>Não</b> <input type="radio"/>

### **Se respondeste não, passa para a pergunta 2.49**

2.46. Quando brincas com os amigos que vivem perto da tua casa, normalmente brincam:			
Na rua	<input type="radio"/>	Dentro de casa	<input type="radio"/>
		No parque / jardim	<input type="radio"/>
2.47. <b><u>Se respondeste na rua</u></b> , esta rua é a tua casa?	<b>Sim</b>	<input type="radio"/>	<b>Não</b> <input type="radio"/>
2.48. Como vais ter com os teus amigos que vivem perto de ti?			
A pé	<input type="radio"/>	De carro	<input type="radio"/>
De bicicleta	<input type="radio"/>	De transporte público	<input type="radio"/>
2.49. <b>Não brincas com os teus amigos porque:</b>			
Os pais não deixam	<input type="radio"/>	Não és convidado	<input type="radio"/>
		Ninguém te leva	<input type="radio"/>
2.50. Costumas brincar na rua onde moras?	<b>Sim</b>	<input type="radio"/>	<b>Não</b> <input type="radio"/>
2.51. Achas que o teu bairro tem espaços suficientes para as brincadeiras que gostas de fazer?	<b>Sim</b>	<input type="radio"/>	<b>Não</b> <input type="radio"/>

2.52. Na tua opinião quais são os <b>três</b> melhores espaços para brincar <b>fora de casa</b> ?					
Na rua, perto de tua casa	<input type="radio"/>	No recreio da escola	<input type="radio"/>	Na praia	<input type="radio"/>
No parque infantil	<input type="radio"/>	No espaço livre e aberto	<input type="radio"/>	No jardim	<input type="radio"/>
2.53. Quais são os <b>três</b> espaços onde brincas mais?					
Na tua casa	<input type="radio"/>	Na casa do teu amigo	<input type="radio"/>	No recreio da escola	<input type="radio"/>
No parque infantil	<input type="radio"/>	Na rua, perto da tua casa	<input type="radio"/>	No jardim público	<input type="radio"/>
No espaço livre e aberto	<input type="radio"/>				
				<b>Sim</b>	<b>Não</b>
2.54. Achas que a tua escola tem espaços suficientes para as brincadeiras que gostas de fazer no recreio?				<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.55. Costumas andar sozinho(a) em transporte público pelo bairro/cidade onde moras?				<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.56. Costumas andar pelas principais ruas do teu bairro sozinho(a)?				<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.57. Costumas andar de bicicleta, de skate ou de patins, sozinho(a) pelas ruas do teu bairro?				<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.58. Costumas atravessar as ruas sozinho(a)?				<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.59. Costumas ficar sozinho(a) na rua ou brincar na rua com os teus amigos depois do anoitecer?				<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

### D3 – BRINCADEIRAS PREFERIDAS

2.60. Onde costumavas brincar normalmente? ( <b>escolhe só uma</b> )					
Em casa	<input type="radio"/>	Em casa de amigos	<input type="radio"/>	Na rua	<input type="radio"/>
				No recreio da escola	<input type="radio"/>
2.61. Os teus pais deixam-te brincar em qualquer lugar da casa?				<b>Sim</b>	<input type="radio"/>
				<b>Não</b>	<input type="radio"/>
2.62. Costumas levar algum brinquedo de casa para a escola?				<b>Sim</b>	<input type="radio"/>
				<b>Não</b>	<input type="radio"/>
2.63. Costumas brincar no recreio?				<b>Sim</b>	<input type="radio"/>
				<b>Não</b>	<input type="radio"/>
2.64. Quando estás na escola, brinca mais:				Sozinho/a	<input type="radio"/>
				Com colegas	<input type="radio"/>
2.65. Quais são as brincadeiras que fazes mais no recreio da escola? ( <b>escolhe só uma</b> )					
Jogar à bola	<input type="radio"/>	Conversar	<input type="radio"/>	Jogar às cartas	<input type="radio"/>
Jogar à corda	<input type="radio"/>	Jogar de "faz de conta"	<input type="radio"/>		
2.66. Na tua opinião, achas que a escola tem espaços suficientes para as brincadeiras que mais gostas				<b>Sim</b>	<input type="radio"/>
				<b>Não</b>	<input type="radio"/>

2.67. Aos fins-de-semana brincas?								
Nunca brincas	<input type="radio"/>	Só de manhã	<input type="radio"/>	Só de tarde	<input type="radio"/>	Brincas de "faz de conta"	<input type="radio"/>	
2.68. Aos fins-de-semana brincas com os teus pais?								
Todo o dia	<input type="radio"/>	Só de manhã	<input type="radio"/>	Só de tarde	<input type="radio"/>	Nunca brinco	<input type="radio"/>	
2.69. Aos fins-de-semana brincas com os teus amigos?								
Na rua	<input type="radio"/>	Dentro de casa	<input type="radio"/>	No parque / jardim	<input type="radio"/>	Nunca brinco	<input type="radio"/>	
2.70. Em qual destes espaços gostas mais de brincar? <b>(escolhe só um)</b>								
Na rua, perto da tua casa	<input type="radio"/>	No jardim público			<input type="radio"/>	No parque infantil		<input type="radio"/>
Na praia	<input type="radio"/>	No recreio da escola			<input type="radio"/>			
2.71. Por ordem de importância, diz a tua opinião sobre os três melhores espaços para as crianças brincarem (considerando que, na escola de 1 a 3, 1 é a menos importante e 3 a mais importante)								
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>					
Na rua	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>					
No recreio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>					
No jardim público	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>					
No parque infantil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>					
No pátio coberto	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>					
Em espaços livres abertos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>					
2.72. Dos objectos que se seguem, diz-me quais são os que tens:								
Televisão no quarto	<input type="radio"/>	Video			<input type="radio"/>	Cassetes de vídeo		<input type="radio"/>
Playstation / X-Box	<input type="radio"/>	DVD'S			<input type="radio"/>	PSP		<input type="radio"/>
Computador próprio	<input type="radio"/>	Jogos de computador			<input type="radio"/>	Telemóvel		<input type="radio"/>
Bicicleta	<input type="radio"/>	Patins			<input type="radio"/>	Skate		<input type="radio"/>
Legó	<input type="radio"/>	Bola			<input type="radio"/>			
2.73. Quais são os jogos que gostas mais? <b>(escolhe só um)</b>								
Legó, mecano, playmobile (jogos de construção)							<input type="radio"/>	
Bola, skate, patins, bicicleta (jogos de movimentos)							<input type="radio"/>	
X-Box, playstation, gameboy, psp (jogos electrónicos)							<input type="radio"/>	

#### D4 – PERCEÇÃO DO ESPAÇO URBANO

	Sim	Não
2.74. Sabes o nome do teu bairro/rua?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.75. Sabes o nome do bairro onde fica a tua escola?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.76. Sabes onde é que o teu pai trabalha?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

(Se respondeste não, passa à pergunta 2.78.)

2.77. És capaz de ir ter com ele?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.78. Sabes onde é que a tua mãe trabalha?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

(Se respondeste não, passa à pergunta 2.80.)

2.79. És capaz de ir ter com ela?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.80. Quando se fala do teu quarto, de que te lembras logo? <b>(escolhe só uma)</b>		
Dos brinquedos <input type="radio"/>	Da comida <input type="radio"/>	Da televisão <input type="radio"/>
Dos jogos <input type="radio"/>	Das brincadeiras <input type="radio"/>	Do mobiliário <input type="radio"/>
Da tua família <input type="radio"/>		
2.81. Quando se fala da tua casa, de que lembras logo? <b>(escolhe só uma)</b>		
Da tua família <input type="radio"/>	Dos teus brinquedos <input type="radio"/>	Dos teus jogos <input type="radio"/>
		Dos teus amigos <input type="radio"/>
2.82. Quando se fala da rua da tua casa, de que te lembras logo? <b>(escolhe só uma)</b>		
Da tua casa <input type="radio"/>	Da tua família <input type="radio"/>	Dos teus amigos <input type="radio"/>
		Das brincadeiras <input type="radio"/>
2.83. Quando se fala da rua da tua escola, de que te lembras logo? <b>(escolhe só uma)</b>		
Dos teus colegas <input type="radio"/>	Das brincadeiras <input type="radio"/>	
Do professor <input type="radio"/>	Dos trabalhos da escola (contas, leitura, ditados) <input type="radio"/>	
De comida <input type="radio"/>		
2.84. Quando se fala do recreio da tua escola, que te lembras logo? <b>(escolhe só uma)</b>		
Dos teus colegas <input type="radio"/>	Das brincadeiras <input type="radio"/>	Da tua família <input type="radio"/>
Da comida <input type="radio"/>	Do professor <input type="radio"/>	
2.85. Sobre as pessoas que vivem no teu bairro, achas que são:		
Muitas <input type="radio"/>	Nem muitas nem poucas <input type="radio"/>	Poucas <input type="radio"/>

2.86. Sobre os automóveis que circulam pelas ruas do teu bairro, achas que são:							
Muitos	<input type="radio"/>	Nem muitos nem poucos	<input type="radio"/>	Poucos	<input type="radio"/>		
2.87. Por ordem de importância, quais as <b>três</b> principais características que uma cidade deve ter (considerando que, na escala de 1 a 3, 1 é a menos importante e 3 a mais importante)?							
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>				
Agradável	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>				
Silenciosa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>				
Povoada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>				
Enorme	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>				
Segura	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>				
Tranquila	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>				
Pequena	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>				
Alegre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>				
Clara	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>				
2.88. Na tua opinião, o bairro onde moras é? ( <b>escolhe só uma</b> )							
Agradável	<input type="radio"/>	Desagradável	<input type="radio"/>	Seguro	<input type="radio"/>	Inseguro	<input type="radio"/>
Alegre	<input type="radio"/>	Triste	<input type="radio"/>	Calmo	<input type="radio"/>	Barulhento	<input type="radio"/>
2.89. Na tua opinião, o bairro onde fica a tua escola é? ( <b>escolhe só uma</b> )							
Agradável	<input type="radio"/>	Desagradável	<input type="radio"/>	Seguro	<input type="radio"/>	Inseguro	<input type="radio"/>
Alegre	<input type="radio"/>	Triste	<input type="radio"/>	Calmo	<input type="radio"/>	Barulhento	<input type="radio"/>

**MUITO OBRIGADO PELA TUA COLABORAÇÃO!**